

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

LUCIELLE MACHADO FOGAÇA

**UM ESTUDO DE CASO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E
PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO NO
MUNICÍPIO DE NIOAQUE-MS (2016)**

JARDIM

2016

LUCIELLE MACHADO FOGAÇA

**UM ESTUDO DE CASO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E
PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO NO
MUNICÍPIO DE NIOAQUE-MS (2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

JARDIM

2016

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e
Documentação UEMS – Jardim

FOGAÇA, L. M.

Um estudo de caso das condições de vida e produção no assentamento Conceição no município de Nioaque (2016)/Lucielle Machado Fogaça – Jardim: [s.n.], 2016.

74 f.

TCC(Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

1.Uma breve reflexão teórica sobre a questão agrária 2.Caracterização da área de estudo3. O Assentamento Conceição: Condição de vida e produção.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIELLE MACHADO FOGAÇA

UM ESTUDO DE CASO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE-MS (2016)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

Prof. Me. Elvis dos Santos Mattos–UEMS/JARDIM

Prof. Pedro Antônio Ovelar Garcete –Rede Estadual de Ensino

Jardim, novembro de 2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia aos meus pais, familiares, esposo e amigos que de inúmeras formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha formação não teria sido possível sem a ajuda dos meus pais Sebastião Fogaça e M^a Salete Machado Fogaça que acompanharam meu esforço de vincular a vida acadêmica com o trabalho, por reconhecerem que para mim foram cansativas as viagens diárias de ônibus, e me apoiarem de todas as formas possíveis.

Presto meus agradecimentos também ao meu irmão Luciano M. Fogaça, e a minha Cunhada Juliana da Silva que me acompanhou nas entrevistas a campo. Ao meu esposo João Carlos E. da Silva, por me acompanhar e compreender a importância dessa graduação, me ajudando nas tarefas diárias e relevando as minhas ausências.

Deixo meus agradecimentos aos meus colegas de sala, pelos quatro anos de pura alegria, de companheirismo, pelas dificuldades diárias que surgiam e juntos conseguimos superar. Agradeço em especial a minha amiga Paula J. Morinigo Gomes pelo apoio em dias de dificuldades e por sempre estar me incentivando.

Não posso deixar de agradecer a minha orientadora e coordenadora do Curso de Geografia da Unidade, Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira, pelo incentivo e disponibilização do material necessário para realização deste trabalho, sem sua dedicação e ajuda não poderia concluir este curso.

Aos assentados do assentamento Conceição pelas entrevistas prestadas, pela permissão da divulgação das informações e pelo carinho no acolhimento em suas casas. É de extrema importância aqui agradecer toda a junta administrativa da Escola Municipal Noé Nogueira, pelo acolhimento e pelo fornecimento de informações.

Enfim, a todos que acompanharam meus esforços para conseguir terminar esse trabalho, quando tive que equilibrar minha vida pessoal, o trabalho, a universidade e cuidados com minha saúde, mas com o incentivo de todos aqui citados consegui vencer mais essa etapa.

RESUMO:

Esse trabalho se pautou no resgate do processo histórico de formação do assentamento Conceição, localizado no município de Nioaque – MS. O objetivo principal, no entanto, foi verificar as condições de vida, produção e comercialização dos assentados, bem como as possíveis dificuldades por eles enfrentadas. Para isto o estudo se pautou em leituras que nos remetem a pensar sobre a questão agrária e sobre a reforma agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, bem como em levantamento de informações específicas sobre o assentamento Conceição junto a órgãos como o INCRA e Secretaria Municipal da Agricultura, além de visitas ao assentamento e realização de entrevistas com os assentados.

PALAVRAS CHAVES: Reforma Agrária, produção, assentados, assentamento Conceição, Questão Agrária.

ABSTRACT:

This work was based on the rescue of the historical process of formation of the Conceição settlement, located in the municipality of Nioaque - MS. The main objective, however, was to verify the conditions of life, production and commercialization of the settlers, as well as the possible difficulties faced by them. For this the study was based on readings that refer us to think about the agrarian question and the agrarian reform in Brazil and in MatoGrosso do Sul, as well as the collection of specific information about the Conceição settlement with bodies such as INCRA and the Secretariat Municipality of Agriculture, in addition to visits to the settlement and interviews with the settlers.

KEYWORDS: Agrarian Reform, production, settlers, settlement Conceição, Agrarian Question.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do assentamento Conceição no Município de Nioaque-MS.....	34
Figura 2 – Mapa do assentamento Conceição – Divisão dos lotes.....	35
Figura 3 – Subestação elétrica no assentamento Conceição.....	38
Figura 4 – Igreja Católica Bom Jesus – Núcleo Urbano.....	39
Figura 5 – Igreja Batista – Núcleo Urbano.....	40
Figura 6 – Escola Municipal Noé Nogueira – Núcleo Urbano.....	41
Figura 7 – Posto de Saúde – Núcleo urbano.....	43
Figura 8 – Casarão da Sede da Fazenda – Núcleo Urbana.....	44
Figura 9 – Mapa do Assentamento Conceição – Identificação dos Lotes.....	47
Figura 10 – Criação de Gado no Lote 32.....	56
Figura 11 – Criação de Ovinos do Lote 74.....	57
Figura 12 – horta do lote 57 e Plantação de Banana do lote 74.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de ocupações e de famílias por Estado – 1988-2008.....	33
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa Etária dos Assentados.....	48
Gráfico 02 – Principais fontes de renda no assentamento Conceição.....	49
Gráfico 03 – Situação Atual dos Lotes.....	54
Gráfico 04 – Criação de Animais no Assentamento Conceição.....	57
Gráfico 05 – Produção de alimentos no Assentamento Conceição.....	59

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CAN – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

MST – Movimento Sem Terra

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: UMA BREVE REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA	20
1.1 A Questão Agrária no Brasil.....	20
1.2 Alguns Aspectos da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul.....	26
1.2.1 A Luta Pela Terra em Mato Grosso do Sul.....	31
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO	34
2.1 Localização do Assentamento Conceição.....	34
2.2 Breve Histórico Assentamento Conceição.....	36
2.3 Condições Atuais de Infraestrutura no Assentamento Conceição.....	38
2.3.1 Estrutura no Núcleo Urbano do Assentamento conceição.....	38
2.3.2 Atendimento de Saúde no Assentamento Conceição.....	42
2.3.3 Aspecto Histórico-Cultural do Assentamento Conceição.....	43
CAPÍTULO III: O ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO CONDIÇÃO DE VIDA E PRODUÇÃO	45
3.1 Faixa Etária e condições de Saúde dos Entrevistados no Assentamento.....	48
3.1.1 As principais fontes de renda dos assentados.....	49
3.1.2 As Condições de Vida e Permanência no Assentamento.....	49
3.2 Situação Atual dos Lotes Entre Titulares e Compradores.....	51
3.3 Produção e Reprodução da Vida no Assentamento Conceição.....	55
3.4 A Utilização de Financiamentos para Melhoria da produção e da Infraestrutura nos Lotes.....	60
3.5 A Questão da Organização Coletiva no Assentamento Conceição.....	61

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
APÊNDICE.....,	69
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto se pautará na reflexão acerca da questão agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul e nos desdobramentos do processo histórico das ações, do ponto de vista da luta pela terra e pela reforma agrária, pois se acredita que desse modo ter-se-á o embasamento teórico necessário para efetuar a pesquisa empírica, a análise e discussão teórica acerca do objeto de estudo.

Para realizar tal reflexão nos pautamos em autores tais como, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, João Edmilson Fabrini, entre outros que nos remetem a pensar a questão no passado e na atualidade.

A formação do território brasileiro se deu através de um método que colocasse a terra sujeitando-se ao capital em razão da economia de exploração. Segundo Stédile (2005, p. 13) “No período pós-escravidão (1888-1930) e com a crise do modelo agroexportador, deu-se início a formação do campesinato na sociedade brasileira, até então inexistente”. O autor destaca ainda que ocorreu basicamente por duas vertentes:

[...] a migração de camponeses pobres originários de Europa (segundo Darcy Ribeiro, nesse período migraram para o Brasil ao redor de 2 milhões de pessoas); e o surgimento do camponês sertanejo, que eram os pobres mestiços que excluídos pela lei de terras de 1850, na possibilidade de se transformarem em pequenos proprietários, passaram a adentrar o “sertão” nas regiões mais interioranas de Minas Gerais e de todo o Nordeste brasileiro... (STÉDILE, pg.13, 2005)

Stédile (2005) salienta ainda que foi necessário para o camponês, que este se estabelecesse como uma classe social, e os trabalhadores rurais se propagassem com rapidez para que suas ideias fossem elaboradas em teses políticas, nas diversas áreas, tanto política como sociais, particularmente a partir do século vinte.

Já no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polemica sob os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira (SILVA, 1980). Neste período a agricultura brasileira passou a se subordinar a classes e ao consumo urbano, criando uma modernidade camuflada, mas adquirindo um ritmo ainda desconhecido.

A proposta de reforma agrária naquele contexto apesar de pregar o discurso da distribuição das terras, concentradas nas mãos de uma minoria de grandes latifundiários, para assim proporcionar maior equidade social. Todavia o propósito era muito mais garantir o aumento de produção de alimentos com o campesinato, expandindo as fronteiras agrícolas e criando projetos de colonização e, assim promover o desenvolvimento do capitalismo no campo pela via da grande produção (SILVA, 1980).

Nesse sentido Silva (1980, p.46) destaca que:

[...] Os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma reforma agrária que mudasse a estrutura da propriedade da terra nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Na medida em que aguçavam tensões sociais, conflitos potenciais, pressões políticas e econômicas, a fronteira aparecia como o “novo Eldorado para os pequenos proprietários”.

Silva (1980) destaca ainda que com o processo de modernização da agricultura, tanto a concentração de terras e de riqueza, como as desigualdades sociais se acentuaram no país, tendo em vista a expansão da produção capitalista e da expropriação camponesa. Nesse contexto, houve a intensificação da migração forçada do camponês para a cidade, o aumento do trabalho assalariado no campo, dos problemas sociais urbanos, das tensões sociais no campo e na cidade e, portanto, dos conflitos em torno da luta pela terra, que desembocaram na criação de movimentos de luta pela terra, a exemplo das Ligas Camponesas nos anos 1960, e no Movimento Sem Terra já nos anos 1980.

Há que se destacar que, a partir dos anos de 1970, segundo Mota (2009) o processo de modernização do campo no Brasil e, de modo particular no Estado de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, ocorreu por meio de políticas públicas, as quais possibilitaram a ocupação e os projetos de colonização da região Centro-Oeste, a fim de inserir este espaço agrário, até então arcaico, nos moldes do desenvolvimento capitalista.

Segundo Pacheco; Pacheco (2010, p.263):

Esse quadro de desigualdade fundiária, de certa forma, tem gerado concentração de renda e poder por parte dos grandes proprietários, e o aumento de conflitos com a luta dos camponeses pelo acesso à terra e com as reivindicações indígenas de seus territórios de ocupação tradicional. Diante dessa política, a terra se constitui, no Brasil, em objeto de grande interesse de possuidores.

Neste contexto, segundo os autores supracitados, o estado de Mato Grosso do Sul foi marcado pela concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Considerando a extensão territorial do estado há uma grande desigualdade na posse das terras. O Estado possui grandes conflitos envolvendo inclusive os povos indígenas desde o período de colonização, sendo de grande importância a demarcação dessas terras (indígenas) para a regulamentação fundiária e para a tentativa de estabilizar os conflitos agrários.

O Assentamento Conceição objeto dessa pesquisa foi criado na década de 1980, num contexto de abertura política no Brasil com a transição do governo militar para a democracia e, portanto, de grandes tensões sociais, tanto do ponto de vista trabalhista com greves no campo e na cidade, como do ponto de vista da luta pela terra com a estruturação e fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do Movimento Sem Terra.

As pessoas que compõem o assentamento Conceição, não possuem um histórico como na maioria das vezes, que para ser beneficiário de lote, primeiramente as pessoas fazem acampamento (acampam, montam barracas em um determinado território), defendem uma bandeira de luta, como é de conhecimento geral no caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Com o passar do tempo e de suas reivindicações pela terra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA desapropria terras improdutivas para acomodar as pessoas que buscam na terra um modo de sobrevivência, produção e de sustento para suas famílias.

No caso dos agricultores que foram acomodados no assentamento Conceição, cabe destacar que os mesmos não foram organizados pelo Movimento Sem Terra para que conseguissem um novo local de moradia. Eles já se encontravam em uma área em disputa por ser considerada terra indígena.

Muito mais que entender o processo de luta pela terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul, e como se deu a formação do Assentamento Conceição nesse contexto, a preocupação neste trabalho é nos ater as condições de vida dos assentados. Com base em levantamento prévio verificou-se que a economia do assentamento tem como base a criação de gado, seja para a produção de leite (consumo e venda), seja para a comercialização (abate). Todavia, há assentados que além de criar gado produzem feijão, banana e hortas para o autoconsumo e venda do excedente.

Dada à importância que a produção diversificada no âmbito da agricultura familiar tem para a segurança alimentar da população, nossa preocupação também perpassa pela investigação acerca dos incentivos governamentais, no sentido de propiciar desenvolvimento e, portanto, melhorias na geração de renda nos assentamentos.

A investigação apontou que no assentamento Conceição, assim como na maioria dos assentamentos de Mato Grosso do Sul, a tendência dos assentados é criar gado de corte, fazendo até o arrendamento de terras vizinhas para produzir mais, haja vista os incentivos para a produção agrícola serem ínfimos, a começar pela falta de assistência técnica.

A criação de gado pelos assentamentos é fundamentável para a geração de renda, além de contribuir para a economia do Município. No entanto existe um aspecto que não pode ser ignorado no âmbito do assentamento, que é a desistência e venda de lotes pelos assentados.

O Instituto de colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem como foco a inserção das pessoas na terra, todavia há um problema que é recorrente no País: manter os assentados em seus lotes. As dificuldades para produzir e se manter na terra somado a outros fatores, a exemplo da não identidade com o trabalho na terra tem propiciado a venda irregular de lotes no âmbito dos assentamentos, o que não tem sido diferente no Assentamento Conceição.

Há também aqueles que com o passar do tempo migram para a cidade, especialmente os jovens, os quais não veem perspectiva para continuar no assentamento. Neste caso, segundo Stédile (2005) os valores e costumes do homem do campo, vem mudando influenciado pelas mudanças no espaço urbano, e isto tem cooptado, sobretudo a juventude.

O ambiente rural, também nas assim chamadas antigas colônias, está passando por radical transformação. O desenvolvimento técnico da agricultura e os constantes contatos com a vida das cidades influenciam profundamente o modo de pensar e estilo de vida, a forma de se vestir, os hábitos e as aspirações, principalmente da juventude e o próprio ambiente, pondo mesmo em perigo a fidelidade e valores humanos, morais e religiosos, tradicionalmente cultivados pelos agricultores. (STEDILE, 2005, pg.70)

Significa dizer que os filhos dos assentados na maioria das vezes ao completarem o ensino médio deixam a família em busca do ensino superior ou em busca de um emprego, ou seja, uma perspectiva de melhoria de vida e de remuneração que não estão encontrando no campo. Nesse contexto, quem permanece nos lotes são os assentados mais velhos, titulares ou quem comprou posteriormente os lotes, saindo da cidade em busca da vida tranquila no campo.

Desse modo, neste trabalho investigamos e analisamos as condições de vida e produção das famílias assentadas, a existência de incentivo ou não por parte do poder público local e das instâncias governamentais superiores, a desistência e venda de lotes, a situação da titulação, o andamento da legalização dos lotes junto ao INCRA, e até mesmo a migração para a cidade. Enfim, quais os fatores que tem influenciado nesse processo.

Partindo desses pressupostos e nos objetivos que nos propomos para este trabalho, no primeiro capítulo efetuamos a discussão teórica acerca da questão agrária e da reforma agrária no Brasil e, de modo particular em Mato Grosso do Sul, discutindo com base nos autores que contribuíram para o entendimento sobre a questão, situando-a no contexto histórico.

No segundo capítulo trataremos diretamente do objeto de estudo, o Assentamento Conceição, localizado no Município de Nioaque-MS, discorreremos sobre o processo de formação que envolve a trajetória dos assentados, desde o período em estavam na Moraria do Sul (Bodoquena-MS) até a formação do Assentamento Conceição (Nioaque-MS), apresentando também informações sobre a realidade atual do assentamento.

No terceiro capítulo faremos a análise das condições de vida e produção dos assentados, tendo como embasamento a realização de entrevistas com aplicação de questionários junto a um universo amostral de trinta e sete assentados. Neste capítulo analisaremos os dados e informações obtidas e observações efetuadas durante a pesquisa de campo.

Cabe destacar que tanto a discussão teórica como a análise do objeto de estudo, a partir da pesquisa empírica, se pautou no propósito de discutir e compreender o processo de formação do assentamento Conceição, o modo de vida, organização coletiva e de produção dos assentados, as condições e perspectivas de geração de renda e permanência na terra.

CAPÍTULO I – UMA BREVE REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 - A Questão Agrária no Brasil

Ao analisarmos os pressupostos do desenvolver da questão agrária no Brasil percorremos por momentos históricos de nossa sociedade, os desdobramentos que este assunto abrange, tanto do ponto de vista da distribuição das terras como do modo de uso da propriedade. Em se tratando da questão agrária, Stédile (1997) destaca que os princípios estão na colonização do Brasil pelos portugueses, na forma como a terra teria sido organizada, que resultou em um problema agrário, tendo em vista que a produção agropecuária tem promovido a concentração de terra e de riqueza em detrimento da distribuição de renda e justiça social que se almeja.

Segundo Silva (1980), os primórdios da colonização no Brasil são marcados pela doação de grandes e significativas porções de terras, distribuídas a particulares, como ficaram conhecidas as sesmarias. Para o latifúndio no decorrer desse período o objetivo estava pautado em ser exportador, e as mudanças na produção ocorriam conforme a necessidade da metrópole. Foi assim quando o açúcar se destacou e ao findar da escravidão com o café. Além disso, o latifúndio escravagista era composto por separação de classes sociais, as quais não se definiam apenas pelos senhores e os escravos, estas classes tinham em seu entorno brancos que não eram senhores, negros libertos, mestiços de índios e de negros, que desenvolviam suas atividades para o latifúndio direta ou indiretamente.

Segundo Oliveira e Faria (2009, p.3) a origem da questão agrária deriva de diferentes processos históricos em que nosso país passou, onde o capital submeteu a terra à sua lógica de exploração econômica. Afirmam que a área territorial do país tem suas origens nas relações comunitárias indígenas cuja cultura, produção e forma de se relacionar com a natureza é para o indígena como algo intrínseco. A economia colonial escravista e exploradora foi pouco a pouco destruindo esse modo de vida e relação com a terra e com a natureza e, conseqüentemente os territórios dos povos indígenas.

Stédile (1997), também destaca alguns pontos que marcaram o nosso processo histórico, especialmente no que se refere à Lei de Terras. Em meados do século XIX têm-se como marco a proibição do tráfico de escravos no Brasil (1850). A isto se soma a criação da

Lei de Terras, (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), a qual foi um marco para a constituição da propriedade privada da terra no Brasil, ao considerar donos das terras aqueles que as legalizassem nos cartórios, afastando assim os pobres e os escravos libertos da possibilidade de acesso a terra. Este aspecto também é comentado por Oliveira e Farias:

A lei que proibira as novas posses continuava como um instrumento legal para impedir que os imigrantes e os ex-escravos pudessem chegar a propriedade de terra e assim, não ficarem disponíveis para o trabalho livre nas propriedades existentes. Neste sentido, a manutenção da lei garantia o processo através do qual os detentores das posses (grandes ou pequenas) poderiam ter acesso a propriedade privada da terra, tornando-se assim proprietários. (2009, p.11)

Segundo Oliveira e Farias (2009, p.4), a Lei de Terras estava para legitimar os títulos de sesmarias e as posses que fossem sua extensão, desse modo os títulos de terras griladas puderam ser legalizados. Ao possibilitar a titulação das terras aqueles que já detinha poder, a mesma se constituiu ainda um mecanismo de controle da força de trabalho imigrante e de ex-escravos e a garantia da existência da dessa força de trabalho na agricultura e pecuária. Assim, as terras eram tidas como instrumentos de poder nas mãos de seus proprietários.

Para Silva (1980) torna-se compreensível a importância da Lei de Terras de 1850, ao se pensar no mercado de trabalho. Por focar da expansão territorial capitalista no contexto mundial, o Brasil é forçado a tornar a mão de obra escrava formalmente livre e, assim as terras passariam a se escravizar pelo regime de terra privada, se existissem escravos livres com terras livres não existiriam trabalhadores.

Silva (1980) destaca ainda que a partir de 1888, com o princípio de industrialização, as cidades que se encontravam sem vida e com produção inexpressiva, passaram a receber pequenas indústrias que se consolidaram em tais cidades. O que aconteceu a partir daí na urbanização criou por consequência mudanças na produção agrícola; pequenos produtores passaram a produzir as matérias-primas para abastecer indústrias. Todavia, o latifúndio continuou a monopolizar a produção.

Segundo Stédile (1997, p.13) as eleições ocorridas na constituinte de 1946, marcaram um processo que tinha como finalidade elaborar a *nova carta constitucional brasileira*¹, e

¹A Constituinte de 1946, eleita em 2 de dezembro de 1945, iniciou seus trabalhos em 2 de fevereiro seguinte sob o impacto da derrota do nazi-fascismo na Europa e do fim do Estado Novo no Brasil. Não por acaso, durante os primeiros meses de discussão, de fevereiro a maio, promoveu-se um duro julgamento do regime anterior. Produziu-se, em suma, o que se denominou a "autópsia da ditadura". Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>

incorporava a maioria dos membros conservadores. O autor considera que tal constituinte possibilitou pensar a necessidade de uma reforma agrária, pois defendia que a propriedade das terras estava concentrada nas mãos de uma minoria, impedindo o progresso econômico e uma distribuição mais digna da renda². A proposta apresentada pelo então senador Luís Carlos Prestes, estava pautada em que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas, voltando ao Estado, e esse teria de fazer o papel de redistribuição das terras, infelizmente tal tese de Prestes foi derrotada pela forte frente conservadora existente no parlamento.

A fase em que o Brasil foi deixando de ser majoritariamente agrícola compreende o período de 1933 a 1955, fase esta que marcou a mudança da economia brasileira, o setor industrializado foi se tornando mais forte, e devagar o setor cafeeiro-exportador foi sendo substituído por outras atividades econômicas. Pouco a pouco a indústria foi confirmando o processo de acumulação do capital, a industrialização incluiu desde os elevados impostos bem como a proibição da exportação, fazendo com que os produtos passassem a ser produzidos internamente (SILVA, 1980).

Silva (1980) acrescenta ainda que o início dos anos sessenta foi marcado pela fase final da industrialização pesada no país, fase essa de instalação das indústrias de tratores e equipamentos voltados ao setor agrícola. Foi a partir dessas implantações que a agricultura brasileira se tornou consumidora desses novos meios de produção, investindo na modernização da agricultura. Para consolidar a ampliação do mercado consumidor de tais produtos, o Estado criou políticas agrícolas como forma de incentivar a aquisição de novas tecnologias pelos produtores rurais.

No que diz respeito à trajetória da reforma agrária no Brasil, de acordo com Stédile (2005, p.73):

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio dessa declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma agrária nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária.

² Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm

Stédile (2005) destaca ainda que as propostas que conduzissem a solução do problema agrário que o Brasil se encontrava se chocavam com as soluções propostas pelas forças sociais, que prosperavam pela forma arcaica do sistema agrário. Para o homem do campo era necessário que a reforma agrária atendesse aos interesses dos que trabalhavam na terra, estes que estavam unidos no I Congresso Nacional dos trabalhadores e agricultores rurais do Brasil.

A década de 1960 foi marcada por um acúmulo de problemas no campo, devido a grande leva de camponeses pobres, e a ausência de políticas voltadas para a resolução de tais problemas. Segundo Stédile (1997), nessa época que se intensificava o processo de industrialização e de modernização da agricultura no Brasil, a população rural (predominante) foi duramente atingida, e a questão agrária e as discussões que a permeavam ganharam força.

Segundo Medeiros (2010, p.117), o Brasil estava voltado para uma política de mecanização da agricultura, com foco no desenvolvimento nacional e nos problemas rurais, tais como a baixa produtividade da terra e baixo rendimento econômico, por exemplo. Desse modo, promoveram-se mudanças no sentido de recuperar a possibilidade de capitalização dos empresários rurais, possibilitando um fácil acesso ao crédito rural, melhoria das técnicas de produção e, por conseguinte o aumento da produtividade no campo.

Diante desse contexto de modernização e de expansão da agricultura capitalista no campo, muitos camponeses foram expropriados de suas terras ou expulsos das propriedades em que eram agregados. Desse modo, a modernização da agricultura, reduziu a mão de obra no campo, obrigando-a a abandonar este espaço. Assim, milhares de camponeses desterrados foram residir nas periferias dos centros urbanos e, de certa forma mantiveram o vínculo com a terra, todavia sob a condição de assalariados na agricultura moderna, sobretudo em lavouras de cana-de-açúcar (cortadores de cana), de laranja, de algodão e de café, entre outras.

Nesse sentido, Medeiros (2010, p.124) salienta que o aparecimento do chamado trabalhador boia-fria nas regiões Sul e Sudeste foi a face mais dramática do processo de expropriação naquele contexto.

A partir do momento que houve uma melhor organização de classe, os movimentos camponeses se destacaram com maior força com base nas interferências políticas e partidárias e, assim passaram a reivindicar reforma agrária com urgência. A Igreja Católica e as Pastorais de Base desempenharam papel preponderante nesse contexto ao apoiar os camponeses. Foi, portanto a partir de 1960 que surgiram as frentes agrárias católicas voltadas à reivindicação de

terras para o homem do campo. Todavia, como destaca Stédile, apesar de o governo à época se comprometer com a questão, foi deposto postergando os rumos da reforma.

A preocupação governamental foi materializada quando o presidente João Goulart incluiu a reforma agrária entre as reformas de base que o Brasil necessitava para buscar seu desenvolvimento. E, num histórico comício político, em 13 de março de 1964, anunciou no Rio de Janeiro que enviaria ao congresso uma lei de Reforma Agrária com o objetivo de desapropriar as grandes propriedades mal utilizadas que se localizassem a até 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais. Porém, em 31 de março o governo Goulart foi derrubado e implantou-se uma ditadura militar, pondo fim a qualquer esperança nesse sentido (p.16).

Com o novo governo, na ditadura militar, as ideias para solucionar os problemas relacionados a questão agrária perderam a sua voz, recuaram, neste período o governo se voltou para que houvesse no país um desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para os camponeses restavam duas possibilidades: a saída do campo para a cidade e deste modo se tornar mão de obra assalariada explorada pela indústria e/ou pela agricultura moderna, ou a ida para a região norte do Brasil, promovendo assim a ocupação do território brasileiro e a expansão da fronteira agrícola. No entanto os movimentos camponeses e as lutas pela terra foram calados pelo regime militar, seu líderes presos e muitos até assassinados.

Segundo Medeiros (2010, p. 123), após o golpe militar de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra³, o qual regulava em seu Art. 1º “[...] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Esta Lei permitia indenizar proprietários de terras desapropriadas para interesse social, podendo ser pagas em títulos de dívida pública. O autor ressalta que:

O golpe militar, em cujo desencadeamento as reivindicações por reforma agrária tiveram papel importante, produziu inovações institucionais e legais. Essas inovações surgiram a partir dos conflitos prévios ao golpe, em um processo que constituiu os trabalhadores do campo em atores políticos. (MEDEIROS, 2010, p. 123)

Ainda nesse aspecto, Stédile (2003, p.126) destaca, conforme o Art. 16, do Estatuto da Terra, que:

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça

3 Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm

social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

No que se refere a distribuição das terras o Estatuto de Terras estabelecia que as terras que fossem desapropriadas para fins de reforma agrária seriam integradas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e que somente poderiam ser distribuídas como propriedade familiar cedidas pelo Instituto a agricultores que buscavam o sustento para a família.

Deste modo, Fernandes (2008, p.176), ressalta sobre a questão agrária que esta está presente em nosso cotidiano há séculos, sendo impossível não percebê-la, mas alguns encobrem a realidade. Destaca ainda que as discussões sobre a questão agrária se manifestam diferencialmente em cada estado do Brasil, ora nas ocupações, assentamentos, estradas e praças. Ora nos latifúndios, no agronegócio, teses, livros e relatórios.

Para Fernandes a questão agrária está claramente demonstrada no cotidiano, apresentando uma complexidade de opiniões, seja do ponto de vista da política de governo que sempre promete resolvê-la, dos religiosos que buscam pelo seu fim dos cientistas que buscam em suas análises múltiplas formas de afirmar sua existência. Todavia, a questão se arrasta sem a consumação da reforma agrária, mantendo um estado perene de conflitualidade constituída no âmbito das contradições inerentes à lógica de produção capitalista, que gera a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria.

Nesse sentido segundo Fernandes (2008, p.174):

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente nesse âmbito é uma visão reduzida, porque esses conflitos, por serem territoriais, não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e o Estado. O enfrentamento é um momento de conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo.

Para o autor, os conflitos e o território são responsáveis pelas famílias produzirem e se reproduzirem, uma vez que ao adquirir seus lotes em um assentamento as famílias não estão somente produzindo alimentos/mercadorias para o mercado, estão criando e recriando sua existência através da luta pela terra. Desse modo, entende-se que os assentamentos, a terra conquistada, por si só são consequências dos conflitos territoriais gerados no processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo.

É grande a complexidade da questão agrária, onde se contradizem a estrutura do capitalismo e a expansão da pobreza e miséria no campo. As desigualdades resultantes estão imbricadas com fatores políticos e econômicos, gerando continuamente conflitos. Nesse contexto, o Estado, enquanto agente de mediação não tem sido capaz de harmonizar os conflitos e, assim poder solucioná-los. (FERNANDES, 2008).

1.2 - Alguns Aspectos da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul

Para analisarmos as disputas por terras no estado do Mato Grosso do Sul não podemos deixar de levantar um breve histórico de formação do território e a origem dos conflitos agrários ainda latentes na atualidade. A história de formação desse território está vinculada à exploração de mão de obra, à desterritorialização e a violência, sobretudo dos povos indígenas. (MOTA, 2009, p.4)

Ao analisar a formação populacional no estado, Mota (2006) ressalta que o povoamento do estado de Mato Grosso do Sul, quando ainda era Mato Grosso, se deu pela vinda de espanhóis, paraguaios e portugueses, assim como os mineiros, nordestinos e paulistas, esta ocupação foi marcada por extrema violência, tirando de suas terras os pequenos camponeses que produziam para o autoconsumo e, sobretudo os povos nativos. Neste cenário de conflitos ocorreu a desterritorialização e assassinado de diversos grupos indígenas. O processo de colonização apoderou-se de suas terras, desmatando a vegetação, explorando a erva mate e a força de trabalho indígena e, conseqüentemente, modificando a vegetação natural do cerrado e abrindo caminho para outras atividades como a pecuária, por exemplo.

Efetivamente o processo de ocupação de terras no estado ocorreu após a segunda metade do século XIX, devido à abertura da navegação pelo rio Paraguai, após a guerra do Paraguai, possibilitando a comunicação de Mato Grosso com o exterior, através do Rio da Prata, beneficiando a exploração da erva-mate e a atividade pecuarista. (MOTA, 2006, p.3).

Logo após o ano de 1897, o serviço prestado em termos de demarcação e registro de terras passou a ser de total responsabilidade de um agrimensor. Este deveria estar devidamente registrado no órgão de terras. Esta medida foi tomada na tentativa de combater a corrupção na medição e demarcação de terras, pois para o governo a regularização de excessos de áreas significaria um rendimento de arrecadação maior. Assim, as terras devolutas seriam comercializadas para estimular o povoamento do então Mato Grosso, via incentivos às imigrações para ocupar a fronteira ainda inexplorada. (MOTA, 2006, 71-72)

Após a política de povoamento do Território Nacional que teve incentivo do Governo Federal, os Governos Estaduais também passaram a se dedicar a formação de núcleos coloniais. A colonização pós década de 1930 foi uma estratégia do Governo Federal, visando fortalecer as fronteiras e a ocupação de áreas ainda vazias.

Nesse sentido Moreno (1999, p. 75) salienta que:

[..] Através da “Marcha para o Oeste”, tentava-se conquistar o interior do país para sua integração a economia Nacional. Para abrir espaço da pequena produção no sul do estado, hoje Mato Grosso do Sul, Vargas atuou diretamente na quebra do monopólio da Mate Laranjeira, fundando o território Federal de Ponta Porã. Tirando os concessionários da região, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (C.A.N), em 1943 e liberou o restante das áreas para a colonização estadual. (p.75)

No processo de povoamento do então Mato Grosso (BRAND, et al, 2003) destaca que, especialmente após o término da Guerra Brasil/Paraguai, Thomaz Laranjeira se apropriou, com interesses econômicos, dos ervais nativos da região, bem como da mão de obra existente. Assim sendo, em 1882 o império concedeu à Empresa Mate Laranjeira o arrendamento das terras onde havia os ervais nativos, mas nem tudo ocorria como desejado, tendo em vista que a empresa não podia impedir os nativos de fazer a colheita dos ervais. Logo após o ano de 1902, Thomaz Laranjeira perdeu o domínio da empresa e passou o controle de seus bens para a sede da empresa denominada de Companhia Laranjeira Mendes & Cia, localizada em Buenos Aires.

Desse modo as permissões dadas à Companhia atingiam as terras dos índios Kaiowá e Guarani. Nesse contexto prevaleceu como mão de obra nos ervais paraguaios e indígenas, a exemplo dos índios que já se encontravam nas aldeias Caarapó, Juti, Campanário, Sassoró, rio Iguatemi e outras. Um aspecto a ser destacado quanto ao aproveitamento da mão de obra indígena nos ervais é o fato das aldeias estarem territorializadas nos locais em que se situavam os ervais nativos, além de a empresa atraí-los oferecendo objetos tais como roupas e ferramentas. (BRAND et al. 2003, p. 4-5)

Após 1890, os campos ervateiros avançaram e a circulação do produto pela via terrestre foi esticada até Concepcion, no Paraguai, passando por Ponta Porã e dando origem a uma linha férrea com extensão de trinta quilômetros com intuito de melhorar a circulação/comércio da erva-mate via Porto Murtinho. Quando os ervais de Dourados e Ivinhema passaram a ser explorados, procurou-se outra rota de escoamento, o rio Paraná.

Há que se destacar ainda que os empreendimentos que foram realizados pela Cia Mate Laranjeira deslocou um contingente expressivo de trabalhadores imigrantes, em sua maior parte paraguaios, que eram contratados somente no período de colheita, tais paraguaios impossibilitaram por diversas vezes a vinda de outros imigrantes, que raramente se estabilizavam na região. (Silva, 2011).

Serejo (1986: 107-108) apud Brand et al. (2003, p. 4), ao se referir aos conflitos envolvendo os povos Kaiowá e Guarani e a Companhia Matte Laranjeira, embora faça referência a um bom relacionamento entre Thomaz Laranjeira e os índios, reconhece que estes eram os verdadeiros donos da terra [...], que tinham o direito de defender suas matas, os campos, as aguadas e os ervais nativos.

A Empresa Mate Laranjeira enfrentou as autoridades estaduais para que houvesse a renovação dos arrendamentos dos ervais, se deparando com a oposição da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso nos anos de 1907 e 1912, com movimentos imponentes a Empresa almejava conseguir o arrendamento até a década de 1950, período este carregado de protestos que procuravam expandir o pensamento de divisão territorial do estado.

Conforme Silva (2011, p. 32):

Através desse jornal, Generoso Ponce fez sua campanha política no Estado, pelo Paraguai, prometendo criar condições de povoamento no sul do Estado, principalmente nos campos próprios à agricultura e à pecuária, que ficavam em terras pretendidas pela Empresa Mate Laranjeira. Prometera o parcelamento da propriedade territorial das terras devolutas do Estado, em lotes de 450 hectares, para arrendá-las em hasta pública. Desta forma, a área de arrendamento, pretendida pela empresa na discussão da renovação dos contratos dos ervais, sofria uma sensível redução, além do que colocava em sua proximidade uma leva de migrantes que não lhe eram interessantes.

Naquele contexto a empresa se uniu ao Governo do estado para fortificar a dominação dos chefes militares que estavam embutidos em conflitos armados e que não estavam ligados aos interesses da empresa, e esses mesmos chefes em outros momentos foram utilizados para manipular seus ideais e provocar a insegurança incessante.

Já na década de 1920, com a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no Sul de Mato Grosso, foi possível melhorar o desenvolvimento do estado do ponto de vista socioeconômico. Com a vinda de migrantes, incentivou-se a criação dos núcleos urbanos, e o avanço do setor pecuário viabilizando o aumento da arrecadação fiscal.

A importância política da Mate Laranjeira continuou sendo muito grande. E esse aspecto esteve ligado a sua importância econômica, produto de seu faturamento com os negócios do mate no exterior e dentro do Estado de Mato Grosso. Tanto fez que, em 1926, renovou os seus contratos dos ervais sul mato-grossenses, conforme seus interesses. E apesar de todos os "entraves colocados para que a Mate Laranjeira não se constituísse em um Estado dentro do Estado, deve-se relatar que o dinheiro transitado nos domínios da Empresa teve cunhagem própria, os trabalhadores recebiam através de valores e a polícia foi formada por pessoas que pertenceram a própria empresa". (SILVA, 2011, p. 40).

Conforme destacam Pacheco & Pacheco (2010, p.263), os ideais desenvolvimentistas que tinham como finalidade a expansão da fronteira, ocasionaram em Mato Grosso do Sul diversos conflitos ligados a posse e ocupação de terras, que desencadeou uma mancha que até hoje perdura na sociedade, esta sendo ou não indígena.

Os autores supracitados salientam que as terras que até hoje são reivindicadas por etnias indígenas, foram consideradas devolutas e transferidas a particulares. Todavia já faziam parte dos territórios indígenas. Portanto, se estas já tinham sido ocupadas pelas comunidades indígenas no passado, não se pode afirmar que a terra era devoluta. Quem se apropriou dessas terras e criou órgãos estatais que realizavam a colonização efetiva, não respeitou os limites estabelecidos pela faixa de fronteira.

[...] a real localização dessas terras devolutas permanece ainda como um mistério a ser desvendado, uma vez que fizemos, enquanto pesquisadores, várias tentativas para obter os resultados de um estudo que fora realizado pelo órgão estatal competente, mas os dados não foram disponibilizados, sob a alegação de que “as informações fundiárias são de sigilo e interesse somente do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e dos ocupantes que detêm posse das referidas áreas devolutas.” (PACHECO & PACHECO, 2010, p. 264-265)

Vale reforçar que a partir da década de 1930, com o intuito de dar um novo aspecto à conjuntura que favorecia alguns proprietários, foram criados os projetos de colonização que intentavam dissipar a pequena propriedade, através da liberação de terras públicas na Amazônia e no Centro-Oeste. Foi então, que ocorreu a chamada “Marcha para o Oeste”, que tinha como destino a ocupação das áreas denominadas de “espaços vazios” do Norte e do Centro-Oeste. (SILVA, 2011)

Segundo Carli (2005, p. 8), essa política conhecida como Marcha para Oeste, foi anunciada por Vargas no início de 1938, tendo se desdobrado “num esforço de ‘nacionalização’ das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e, sobretudo com

o Paraguai”. Nesse contexto do chamado Estado Novo⁴, o governo de Getúlio Vargas manifestava o interesse em integrar o País. Desse modo, seu governo promoveu o estímulo a industrialização, bem como o incentivo a expansão agrícola através de projetos de colonização, visando expandir, desenvolver e ocupar as áreas de fronteira, nas quais se incluía a região correspondente ao extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso.

Oliveira (2013) destaca que a estratégia do Governo Federal com a “Marcha para o Oeste” foi promover o deslocamento da ação política, e que o objetivo estava em coincidir fronteiras políticas com fronteiras econômicas.

A iniciativa de criar esses territórios deve ser entendida no contexto da nacionalização das fronteiras. No Estado Novo, o nacionalismo foi o fio condutor da política do governo Vargas, principalmente porque foi uma forma de combater os regionalismos, considerados por ele um entrave ao desenvolvimento da Nação. (OLIVEIRA, 2013, p.20)

A política de colonização alinhada no Estado Novo manifestava-se pela necessidade de garantir a ordem interna. Não era de interesse do Governo, favorecer a segurança social, mas sim consolidar projetos nacionalistas da Marcha, criando assim políticas públicas que promovessem o desenvolvimento econômico e, de certo modo aliviassem as tensões sociais existentes naquele contexto (OLIVEIRA, 2013).

A constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941) se caracterizou, portanto, como uma das ações do então Estado Novo. Foi promovida pelo Governo Federal em colaboração com os governos estaduais e municipais, por intermédio do Ministério da Agricultura, e tinha como propósito receber e fixar proprietários rurais e brasileiros pobres que tivessem aptidão para o trabalho no campo. Neste contexto foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), por meio do Decreto Lei n. ° 5.941, de 28 de outubro de 1943.

Segundo Lenharo, (1985, p. 66-67 apud Carli, 2005, p. 10) no caso específico do então estado de Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola com o afastamento da Companhia Matte Laranjeira, introduziu um processo de colonização focado na pequena propriedade, com produção voltada para o mercado interno e controle do governo federal, por meio de um sistema cooperativado de organização do trabalho.

4 Período em que Getúlio Vargas governou o Brasil (1937 a 1945) e que ficou conhecido politicamente como um governo ditatorial.

Todavia, durante o período militar estes acontecimentos voltados a impulsionar a produção do campo se fortaleceram, abrindo novas fronteiras agrícolas onde o capital ganhou espaço e impulsionou a expropriação camponesa, ocasionando assim a redução da população no campo. (Mota, 2006, p. 4)

A partir dos anos 1970 as indagações em torno da terra em Mato Grosso do Sul ganharam mais força, tendo em vista que neste contexto a estrutura fundiária se apresentava cada vez mais concentrada. Significa dizer que grandes áreas de terras se encontravam em poder de um grupo minoritário, o qual se formava pela ocorrência da política de incentivos fiscais por parte dos governos militares, com a implantação de novas técnicas de modernização da agricultura, com a denominada Revolução Verde, especialmente durante os 1950 e 1960, no intuito de promover o desenvolvimento do capitalismo no campo.

1.2.1 – A luta pela terra em Mato Grosso do Sul

Faz-se importante discutirmos a lógica do acesso a terra também no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, Mota (2009) destaca que as mudanças provocadas pelo avanço do capitalismo no espaço sul-mato-grossense, bem como os conflitos decorrentes desse processo no estado têm sido muitos e contínuos. E, assim como em todo o país há problemas relacionados às desigualdades sociais, trabalho análogo ao trabalho escravo. Assim, as atividades produtivas de base capitalista expropriam e exploram aqueles que foram privados do acesso a terra.

Segundo os argumentos de Mota (2009, p.15):

O latifúndio em nosso país e, especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul, tem apenas adquirido novos contornos a fim de se preservar. Passando, dessa maneira, do arcaico ao moderno, de seus imóveis improdutivos para o agronegócio, ou seja, para o monocultivo exportador da cana-de-açúcar, do eucalipto, da soja etc. É nessa lógica que se esconde a dura realidade dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem como boias-frias vagando de um lado para outro, em condições subumanas, como escravos da modernidade, super-explorados pelo capital moderno que necessita de relações não capitalistas para se reproduzir.

A herança imperial e ainda prevalece, em forma de violências contra os trabalhadores rurais, sem terra e indígenas. Assim como antigamente a posse da terra permanece na mão do latifúndio e do agronegócio, não considerando aqueles que necessitam e reivindicam o direito à terra, que não é somente o acesso a terra, é o acesso ao trabalho, a moradia e a vida.

Em Mato Grosso do Sul assim como em todo o Brasil, a realização da reforma agrária é demorada, os movimentos sociais que foram criados, dos quais o principal é o MST (movimento sem terra) aumentaram a possibilidade dos direitos dos trabalhadores rurais que são excluídos por diversas formas.

Mota (2009, p. 16-17) considera que:

A ocupação de terras representa a resistência e a busca de uma melhor qualidade de vida por parte daqueles que expropriados dos meios de produção (terra) e subjugados ao trabalho alienante e desumanizador do capital possa recriar a sua identidade enquanto camponês e indígena. A luta pela terra, por meio de ocupações, é a forma dos excluídos ou dos “precariedade incluídos” readquirirem o direito a terra de trabalho, a terra da vida, a terra de expressividade ancestral, que desde a colonização ficou subjugada aos interesses de uma minoria dominante, sendo transformada em terra de exploração do trabalho alheio, concentradora, monocultura, não cumprindo com sua função social, equivalendo sempre ao valor de troca e não ao valor de uso.

Para Stédile (2005), a distribuição de terras deve ter uma política agrícola que combata de frente o modelo que a nossa sociedade segue há décadas. As mudanças devem ser acompanhadas da possibilidade efetiva de acesso e permanência na terra.

Para Fernandes (1998) a luta pela terra no Brasil, só ganhou força com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o qual nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário. Embate este que tem como destaque a luta contra a expropriação camponesa e a exploração provocada pelo desenvolvimento do capitalismo.

As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, em 1979; as ocupações efetuadas no Estado de Santa Catarina, em 1980, ainda nesse ano, no Estado do Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas. O Estado propôs apenas a indenização em dinheiro, enquanto os camponeses exigiam outras terras. No Estado de São Paulo a luta dos posseiros representava a retomada da luta dos sem-terra e no Estado do Mato Grosso do Sul, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. (FERNANDES, 1998, p.17)

Ainda conforme Fernandes (1998) a configuração da organização social e a estrutura exposta são frutos de quase vinte anos de luta pela terra, pela reforma agrária e democracia. Desde sua criação até os dias atuais, o MST se tornou mais que um movimento social, pois, apesar de ter sua práxis na luta pela terra, as lutas se dimensionaram para a conquista de

direitos essenciais para o exercício da cidadania e condições básicas de desenvolvimento social e econômico, tais como: educação, saúde, política agrícola, moradia, entre outros.

Segundo Rocha (2009), com a modernização da agricultura a questão agrária continua marcada pelo enfrentamento entre o campesinato e o agronegócio e o latifúndio, o qual tem sido latente na região Centro-Oeste. Somente no Estado do Mato Grosso do Sul foram notadas quase a metade das ocupações da região Centro-Oeste. No período de 1988 a 2008 (Tabela 1) foram registradas 524 ocupações, com a atuação de 87.265 famílias, correspondendo a 48 % do total regional. Desse total, foram assentadas no estado 31.531 famílias em 190 assentamentos, numa área correspondente a 682 mil hectares. Isto, certamente é decorrente de um processo intenso de lutas e reivindicações de trabalhadores sem terra.

Região/UF	Ocupações	%	Famílias	%
CENTRO-OESTE	1.072	100	182.898	100
DF	38	3,5	5.748	3,1
GO	375	35,0	52.582	28,7
MS	524	48,9	87.265	47,7
MT	135	12,6	37.303	20,4
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009				

Tabela 1: Número de ocupações e de famílias por Estado – 1988-2008

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela terra, 2009

Conforme Fernandes (1998) a ocupação é a circunstância da territorialização, é a busca da terra alcançada, de uma fração do território, na qual se constitui um novo grupo de famílias. Os Sem-Terra migram por todo o território nacional, fixando raízes da luta e se contrapondo à concentrada estrutura fundiária.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 - Localização do Assentamento Conceição

Como é sabido o objeto de estudo desse trabalho de pesquisa de Conclusão de Curso é o Assentamento Conceição. O mesmo é o segundo assentamento formado no município de Nioaque. Encontra-se localizado a cerca de 30 quilômetros da cidade de Nioaque (Figura 1).

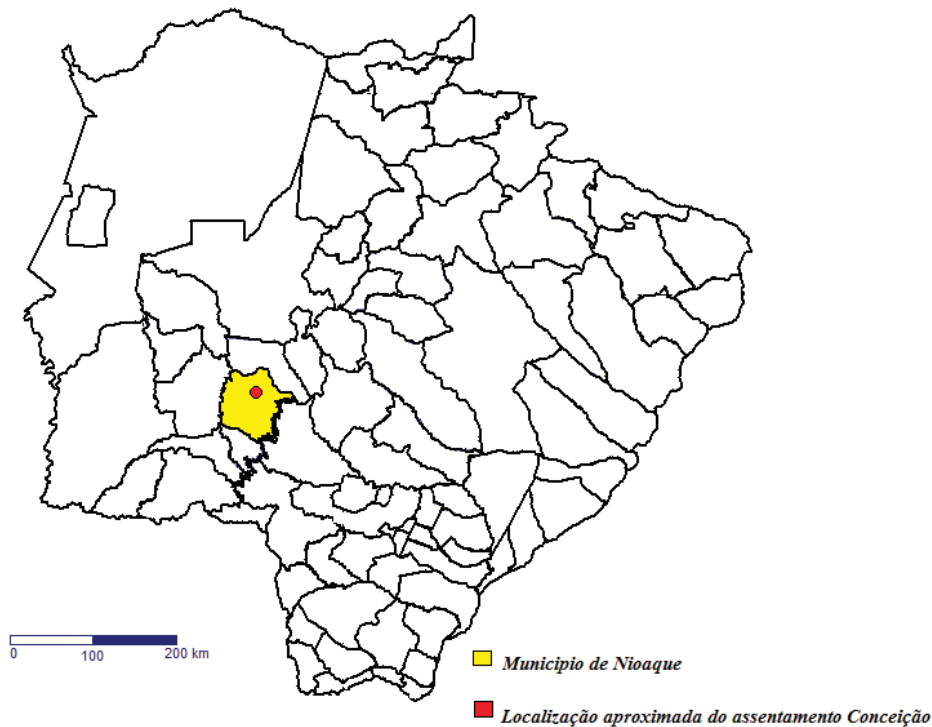


Figura 1 – Localização do Assentamento Conceição no Município de Nioaque – MS

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br>

Adaptado por: Fogaça, 2016.

O assentamento (Figura 2) possui alguns córregos tais como: Córrego do Espinídio (córrego principal), córrego Bocaiúva, córrego Catingueiro, córrego Da Roça, córrego Cabeceira do Bracinho, córrego Cabeceira do Retiro, córrego Cabeceira Olho D'água, córrego Da Vaca e córrego Engano, o que demonstra que o mesmo é rico em recursos hídricos, favorecendo assim, tanto o desenvolvimento da agricultura como a criação de animais.

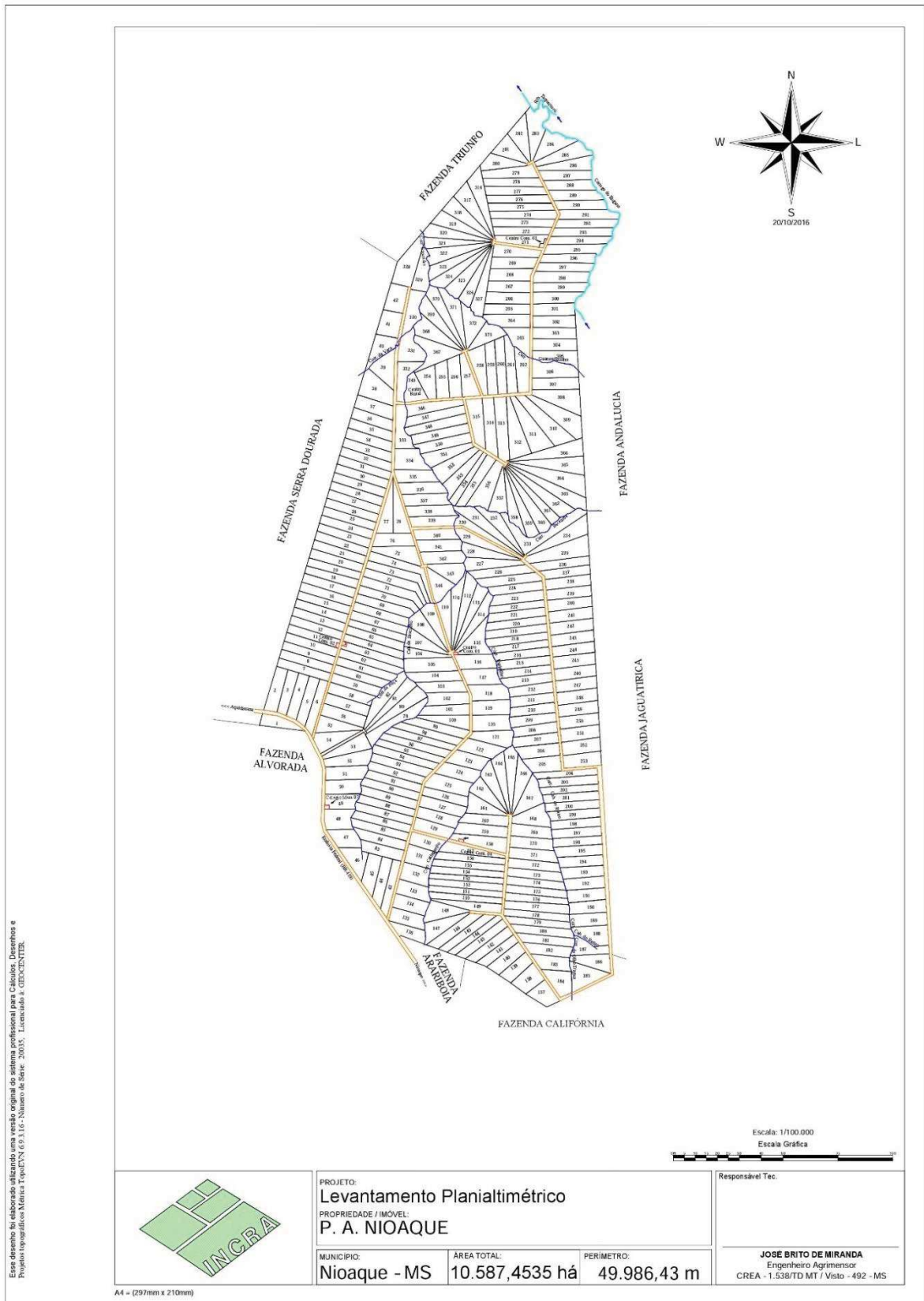


Figura 2 – Mapa do Assentamento Conceição – Divisão dos lotes.
 Fonte: Escritório de Georeferenciamento Brito Engenharia.
 Org. TEIXEIRA, 2016.

Geograficamente falando, a sede do assentamento está situada sobre as coordenadas de latitude: 20°49'24.16" S e longitude: 55°48'5.45" O. A BR 419 que dá acesso a entrada do assentamento, também liga o mesmo aos municípios de Anastácio/Aquidauana e Nioaque.

O município de Nioaque, no qual está localizado o Assentamento Conceição fica distante aproximadamente 197 quilômetros da Capital, Campo Grande. Cabe salientar ainda que o município de Nioaque possui, além do Assentamento Conceição, mais dez (10) assentamentos de reforma agrária.

2.2 - Breve histórico de ocupação do Assentamento Conceição

O assentamento foi criado conforme resolução do INCRA/Nº 060, datada de 25 de junho de 1985. O projeto de assentamento Nioaque (P.A) desapropriou o imóvel rural denominada fazenda Conceição, com uma área de cerca de 11.000 hectares, tendo de início a divisão em 391 lotes agrícolas, porém os lotes de criação foram alterados, devido ao fato de alguns lotes serem destinados à reserva legal conforme o INCRA, o assentamento ficou com um total de 371 lotes numa área que compreende 10.587 hectares, todavia no mapa fornecido pelo INCRA que serviu de base para a figura 2, consta 373 lotes, contradizendo o documento de retificação do INCRA (anexo 3) que apresenta 371 lotes. Assim a Fazenda Conceição foi desapropriada e destinada a reforma agrária, consolidando a função da terra que é produzir, gerar emprego, renda e justiça social.

A maioria das famílias que foram acomodadas no assentamento tinham como origem a área denominada Morraria do Sul ou “campo dos Índios” localizada no município de Bodoquena-MS, esta área foi palco de um conflito entre as famílias que se encontravam ali e os índios Kadiwéu. A área da Morraria do Sul foi ocupada aos poucos pelas pessoas, a notícia era passada “boca a boca”, entre amigos e familiares e aos poucos eles iam se acomodando. Conforme relato dos mais velhos, na Morraria do Sul inicialmente os lotes foram distribuídos pelos próprios moradores e com o passar dos anos houve até a comercialização de terras que ainda não estavam ocupadas, já as outras terras de qualidade inferior eram apenas ocupadas conforme as pessoas iam chegando. A ocupação parecia legal, pois faltava informações corretas aos moradores, a informação que tinham era que se tratava de terra devoluta.

A área denominada Morraria já tinha produção, as famílias já estavam estruturadas, alguns que estavam a mais tempo possuíam casas melhores e os que se acomodaram mais recentes tinham apenas barracos construídos de coqueiros em condições precárias. Quando permaneceram na Morraria os moradores produziam arroz, feijão e milho, além de criar

vacas, cavalos, galinhas e porcos. Com a posterior criação do Assentamento Conceição, muitos desses animais foram levados da Morraria para o assentamento em caminhões do INCRA juntamente com a mudança que variava entre bolsas de sementes e objetos pessoais, e as pessoas, principalmente as mulheres e as crianças foram em ônibus.

A história de vida dos assentamentos é marcada por luta e muito sofrimento, como relatado pelos mais velhos, o conflito com os índios Kadiwéu era constante, as informações chegavam distorcidas. Para os assentados a certeza que tinham era que a área da Morraria era uma área devoluta, e para os indígenas a realidade era outra, pois lutavam para a expulsão desses moradores de suas terras, de seu *tekorá* sendo a terra indígena inalienável, nessas condições era óbvio que conflitos surgissem.

Tal conflito muitas vezes resultou em morte, ora de indígenas ora de acampados. Nos relatos atuais dos assentados, os mesmos detalham que, quando os índios avisavam que viriam e matariam quem encontrassem em sua frente, as famílias se sentiam apavoradas, pegavam o que dava e fugiam para o mato, deixavam seus barracos levando consigo somente as roupas do corpo e alguma comida. Somente após alguns dias voltavam ainda com medo.

Referente às mortes as histórias são tristes, os assentados contam que várias pessoas foram degoladas pelos índios, e que índios também foram mortos pelos assentados. Em entrevista com Sr. P. M., o mesmo conta que os índios esperavam os assentados na beira das estradas para concretizarem os ataques, e que muitas das vezes esses encontros resultaram em mortes.

A retirada dos assentados pelo INCRA da região foi a solução encontrada para acabar com o conflito existente na época. A criação do Assentamento Conceição trouxe de volta a esperança para as famílias de ter um local de produção e renda. A chegada ao assentamento também não foi fácil, a terra era quase totalmente coberta por mata, existia algumas estradas principais, o resto era nos “aceiros”.⁵

A dificuldade não parava aí, as famílias foram instaladas sem moradia, o que restou foi usar a experiência que já tinham para construção de barracos de lona e bacuri. Outra dificuldade encontrada foi o acesso a água, no início era a dos rios, e foi usada uma caminhonete do INCRA para fazer o transporte de galões d’água para as pessoas até que os

⁵ Aceiros: Corte ou picadão aberto em mata ou capoeira, com eliminação da vegetação rasteira, provocando a descontinuidade de material vegetal combustível e, assim, evitando a propagação do fogo de queimadas e incêndios. disponível em: <http://www.ecivilnet.com/dicionario>.

assentados construíssem seus próprios poços. Somam-se a isto os animais selvagens que existiam, devido a grande quantidade de mata no local.

Em entrevista com os assentados foi relatado que nos dez (10) primeiros anos após a criação do assentamento alguns lotes foram vendidos. Desse modo, o mesmo acabou recebendo moradores de diversas origens, mesclando outras experiências e outras lutas.

2.3 – Condições atuais de infraestrutura no Assentamento Conceição

A energia só chegou ao assentamento cerca de sete (7) anos depois da distribuição dos lotes, a solução para os assentados neste período foi o uso de lampiões e lamparinas. Atualmente, todos já são com rede elétrica (Figura 3).



Figura 3: Subestação elétrica do assentamento Conceição.

Fonte: Fogaça, Trabalho de campo, agosto/2016.

2.3.1 – Estrutura do Núcleo Urbano do Assentamento Conceição

Há no núcleo urbano o abastecimento de água encanada através de um poço artesiano, e o serviço de telefonia móvel é de pouca qualidade, apesar de já ter havido investimentos da operadora de telefonia, no caso a Vivo S/A, para melhorar o atendimento da região. No núcleo urbano também se encontram as igrejas Católica “Bom Jesus” (Figura 4), a Pentecostal

“Deus é amor”, a Batista “Boas Novas” e a Igreja Quadrangular, nas quais ocorrem as manifestações religiosas e culturais dos assentados adeptos de ambas as religiões.



Figura 4: Igreja Católica Bom Jesus – Núcleo Urbano
Fonte: Fogaça (Trabalho de campo – agosto/2016)

A comunidade Bom Jesus, está vinculada a Igreja Católica e existe desde o início do assentamento. Nela ocorreram diversas cerimônias desde batizados a casamentos. É de tradição anualmente a igreja realizar uma festa com comidas (típicas) e baile com vanerão e chamané (estilo mais aceito), com a finalidade de arrecadar fundos em prol da comunidade católica. Nessas ocasiões é usado o salão de festas da igreja, que também é cedido para diversos eventos festivos como aniversários, casamentos e almoços beneficentes. Os cultos são realizados aos domingos e as missas duas vezes por mês ministrado pelo padre que se descola da Paróquia Santa Rita de Cássia (na cidade de Nioaque) até o assentamento.

Na Figura 5 apresentamos a Igreja Batista Boas Novas⁶, cujo presidente é um dos assentados Sr. B.J.C, que além de presidente exerce o cargo de diretor de patrimônio e professor da escola bíblica dominical.

⁶ Não obtivemos informações das demais igrejas citadas, portanto não apresentaremos aqui fotos nem a atuação das mesmas na comunidade.



Figura 5: Igreja Batista - – Núcleo Urbano
Fonte: Fogaça (Trabalho de campo – agosto/2016)

No início a igreja era localizada no lote 369 do presidente e no ano de 1990 passou a se localizar na agrovila do assentamento. A referida igreja ainda não é emancipada, funcionando como uma extensão da Igreja Batista de Nioaque. Os cultos são realizados aos domingos na parte da manhã e noite (manhã: escola bíblica, noite: Culto) e as quartas-feiras na parte noturna, com um total de quinze membros frequentes, para o presidente e sua esposa L.A.S.C., a igreja proporciona a união e pacificação entre os assentados, bem como a crescimento pessoal e o bem-estar espiritual da comunidade rural a ela vinculada.

Entendemos que o papel das igrejas no assentamento é promover o fortalecimento da espiritualidade, estreitar os laços de amizade e solidariedade entre os assentados e ajudar nas relações familiares, não só por meio das missas e cultos, mas também através das festas tradicionais e confraternizações.

No ano de 1986 quando todas as famílias estavam assentadas, o grande contingente de crianças em idade escolar demandou a construção de barracos em diversos pontos espalhados pelo assentamento que foram usados como extensões da Escola Municipal Dr. José Garcia Netto. Todavia, construções com melhor infraestrutura só foram construídas dois anos depois. Somente no ano de 1999 o então prefeito criou a escola Municipal Noé Nogueira, a qual ainda se encontra em funcionamento, atendendo alunos do ensino fundamental.

A Escola Municipal Noé Nogueira (Figura 6), também fica localizada no núcleo urbano do Assentamento Conceição. A mesma atende da pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental. Há que se destacar que nesse caso, é disponibilizado transporte escolar do município para o deslocamento dos estudantes de suas casas até a escola. Comporta um total de sete salas de aulas, das quais sete funcionam no período matutino e cinco no vespertino. Possui trinta e oito (38) funcionários contando com os professores, pessoal da limpeza e da administração. No ano de 2016 há duzentos e noventa e quatro (294) alunos matriculados, contando com as extensões do assentamento Boa Esperança e da fazenda Adriana.



Figura 6: Escola Municipal Noé Nogueira – Núcleo Urbano
Fonte: Fogaça (Trabalho de campo - agosto/2016)

No caso do ensino médio, cabe informar que o mesmo é oferecido pelo assentamento Padroeira do Brasil (assentamento vizinho) e que também há transporte público para conduzir os alunos até lá, apesar das condições precárias das estradas.

Em entrevista com o coordenador pedagógico A. N. e professor há cerca de vinte e oito (28) anos no município, o mesmo destacou o projeto Terra, Vida e Trabalho, uma proposta interdisciplinar entre as disciplinas Geografia, Ciências e Matemática, o qual completa a carga horária dos professores das respectivas disciplinas. O projeto desenvolve uma horta escolar que atende a comunidade. Para o coordenador é um avanço pequeno da escola mais de grande importância, no sentido de vincular a escola e o ensino ao campo, proporcionando a união da escola com a comunidade.

O coordenador também destacou a preocupação da escola com a preservação das tradições do homem do campo, a exemplo das festas juninas, valorizando assim a tradição rural, as comidas e danças típicas. Outro projeto que está ligado a preservação da cultura é o projeto que enfatiza Manuel de Barros⁷, da professora de artes que vai ao encontro da realidade local com a produção de músicas e poemas voltados a vida rural.

Outro ponto destacado durante a entrevista diz respeito ao material didático utilizado, o qual, infelizmente ainda está pautado no conteúdo ministrado nas escolas urbanas, devido ao fato de que não há referencial para a escola rural, que contemple uma proposta de educação no campo, de modo a trabalhar melhor a realidade do espaço vivido do aluno.

Stédile (2005) destaca o *Programa Vida Digna no Campo de 2002* que tem como objetivo a Educação para o Meio Rural, adotando fundamentos que construa a identidade de uma escola do campo, melhorando as relações sociais e da cultura vivida pela população do campo, valorizando a cultura local e a multifuncionalidade do espaço rural.

Há que destacar que o coordenador manifestou o desejo de que a escola tenha um calendário diferenciado e com enfoque na vida no campo. Segundo ele, houve por parte da escola, inúmeras tentativas de adaptar um calendário rural, de modo a atender a esta realidade diferenciada da educação dos jovens no campo, todavia o mesmo salientou que não obteve êxito em suas reivindicações junto a Secretaria de Educação, pois, apesar de a escola está localizada na zona rural, assim como a maioria das escolas do município de Nioaque, alegou que a escolha do material didático é única e contempla tanto as escolas da área urbana como as da área rural.

2.3.2 – Atendimento de Saúde no Assentamento Conceição

No que se refere ao atendimento de saúde pública (SUS), o Assentamento possui no núcleo urbano, bem próximo à Escola, um posto de atendimento de saúde (Figura 7) que dispõe de médico duas vezes por semana. Alguns dias há o atendimento dos enfermeiros que se deslocam da cidade até a área rural.

⁷ Projeto Manoel de Barros da Escola Municipal Noé Nogueira é desenvolvido pela professora de Artes, e tem como foco valorizar os aspectos regionais da cultura camponesa, dando ênfase principalmente ao espaço vivido pelos alunos. O mesmo tem como metodologia a construção de músicas e poemas que retratem a vida no campo, tendo como referência as obras de Manoel de Barros, poeta mato-grossense que retrata em suas obras aspectos da realidade regional.



Figura 7: Posto de Saúde – Núcleo Urbano
 Fonte: Fogaça (Trabalho de campo - agosto/2016)

Durante entrevista com um dos funcionários I.A.O da unidade de saúde, o mesmo nos informou que no assentamento há atendimento médico duas vezes por semana e odontológico três vezes por semana. A unidade tem como compromisso o encaminhamento de pedidos médicos para a Secretaria de Saúde de Nioaque e a mesma agenda os exames e consultas fora do município.

O funcionário relatou que há cerca de cinco agentes de saúde para atender a comunidade, mas ressaltou a importância de haver capacitação desses agentes, para que os mesmos possam prestar um melhor atendimento, fazendo um acompanhamento sistemático dos pacientes. O mesmo destacou que há insatisfação da comunidade local, que almeja mais atendimento médico, enfermagem e uma ambulância que possa atendê-los 24 horas, tendo em vista que a maior parte da população do assentamento é idosa e necessita de programas de orientação da comunidade, para cuidar da saúde e da alimentação, no sentido de promover a prevenção de doenças.

2.3.3 – Aspecto Histórico-Cultural do Assentamento Conceição

A Figura 8 a seguir apresenta o antigo casarão, sede da Fazenda Conceição, que deu origem ao assentamento. Devido à falta de cuidado o casarão está praticamente destruído. Com o passar do tempo ocorreram várias rachaduras, telhas quebraram, muitas vezes resultado de vandalismo. É visível que há a necessidade de um projeto de recuperação, como

forma de resgatar e preservar a história e a origem da criação do assentamento. Todavia não há por parte dos assentados o interesse em desenvolver um projeto de restauração.



Figura 8: Casarão da sede da fazenda – Núcleo Urbano
Fonte: Fogaça (Trabalho de campo - agosto/2016)

Os assentados contam que quando o assentamento foi criado o casarão ainda possui boa preservação, existia, inclusive um “tronco” ao lado do casarão, o qual sugeria ter sido palco de açoite de escravos, podendo se tornar patrimônio histórico cultural do município.

O município se insere no contexto da Retirada da Laguna, e a casa faz parte do período histórico da Guerra entre Brasil e Paraguai, porém não há informações concretas da história do casarão, apenas contos de um morador que vive em um cômodo mais conservado. O mesmo conta “histórias” sobre Solano Lopes ter se abrigado alguns dias no casarão, o qual serviu de abrigo para os soldados durante a guerra. O referido morador confirma histórias contadas pelos assentados mais velhos que relatam que nas proximidades do casarão, quando foi feito uso de máquinas para abrir açudes foram encontradas ossadas e objetos de soldados como espadas e esporas de cavaleiros, porém sem apresentar provas concretas desses materiais, os quais se perderam devido a não conscientização dos assentados quanto ao seu valor cultural.

Entendemos que esses relatos carecem de confirmação para que seja dada a devida atenção aos fatos e proceder a preservação do casarão e a reconstrução da memória e contribuir com o conhecimento das gerações futuras, trazendo para a atualidade acontecimentos vividos no passado, que possibilitam entender o presente e, assim valorizar a cultura sul-mato-grossense que está pautada no palco da Guerra entre brasileiros e paraguaios.

CAPITULO III – O ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO: CONDIÇÃO DE VIDA E PRODUÇÃO

No decorrer deste terceiro capítulo efetuaremos a análise sobre as condições de produção e de vida no assentamento Conceição, localizado no Município de Nioaque-MS.

Nos capítulos anteriores tratamos da discussão teórica acerca da questão agrária e da reforma agrária, no sentido de compreender melhor o contexto em que se deu o processo de luta e conquista da terra dos trabalhadores assentados no Assentamento Conceição. No segundo capítulo apresentamos o histórico de luta dos assentados e a estruturação do assentamento na atualidade.

Neste capítulo a análise será pautada na pesquisa de campo e realização de entrevistas. O levantamento de dados e informações foi realizado via entrevistas com aplicação de questionário, por amostragem. As entrevistas foram feitas de modo aleatório com os assentados titulares e compradores que se encontravam presentes nos lotes nas datas das visitas, as quais ocorreram durante os meses de julho e agosto de 2016.

Do total de 373 lotes existentes no assentamento foi possível entrevistar 37 famílias, o que corresponde a 10% do assentamento. Destes 373 lotes 230 foram investigados, ou seja, buscamos informações indiretas através de outros assentados, correspondendo assim a 61,66% do assentamento em análise (Figura 01).

Do total de 373 lotes, 143 correspondentes a 38,33% do assentamento não foi possível visitar e nem investigar, isto se justifica no fato de que estes lotes estão localizados numa área do assentamento que é de difícil acesso, (com destaque no mapa na cor amarela) haja vista as estradas se encontrarem esburacadas e as pontes em condições precárias por conta das chuvas e descaso dos responsáveis pela recuperação das mesmas.

A área do assentamento localizada no mapa e representada na legenda em cor roxa se refere aos ocupantes e residentes dos lotes, que não foram entrevistados, mas que os demais assentados confirmaram a moradia dos mesmos no local.

Com base nas informações dos assentados que vivem no assentamento desde sua formação, destacamos no mapa (destacado em vermelho na legenda) os lotes cujos ocupantes não residem nos mesmos. Verificamos que os lotes possuem indícios de atividade pecuária, mas os assentados entrevistados disseram que não sabem informar se criação de gado é própria do ocupante do lote ou é arrendada para terceiros. A não confirmação dessa

informação não foi possível porque os entrevistados não têm contato com os responsáveis por esses lotes.

Como podem ser observados no mapa da figura 9, os lotes visitados nos quais efetuamos as entrevistas ficaram restritos a uma área específica do assentamento. Como já destacado anteriormente a dificuldade de acesso às outras áreas do assentamento restringiu a investigação e análise, muito embora a amostragem já nos dê um parâmetro da condição atual expressa no assentamento. Representados na cor verde na legenda do mapa, os lotes visitados nos quais realizamos as entrevistas estão mesclados entre assentados titulares há trinta e um (31) anos e assentados compradores, com diferentes tempos de compra.

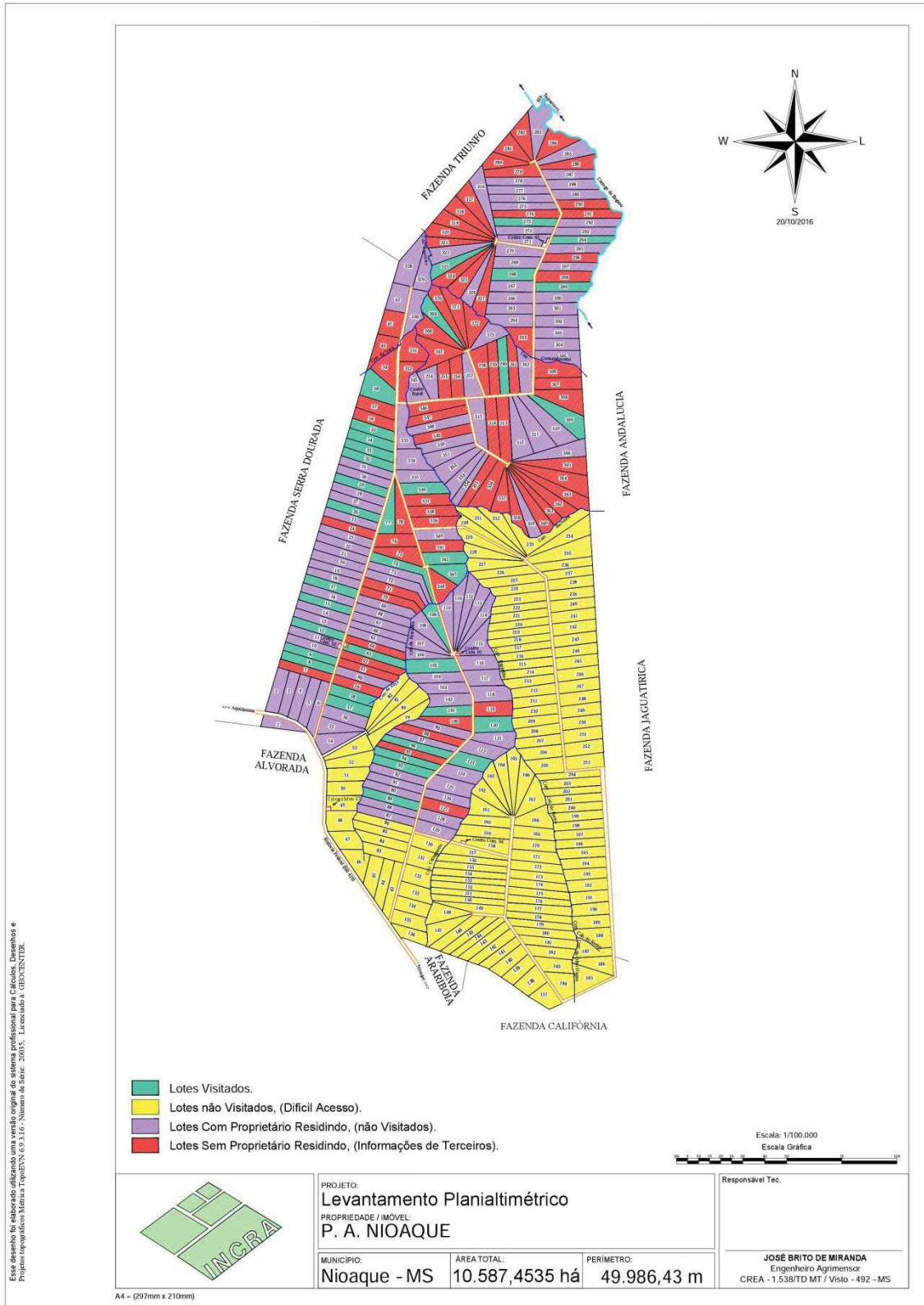


Figura 09: Mapa do assentamento Conceição
 Fonte :Escritório de Georeferenciamento Brito Engenharia, org.TEIXEIRA, 2016.

3.1 – Faixa etária e condições de saúde dos entrevistados no assentamento

Cabe destacar que a investigação e análise foram direcionadas apenas aos titulares dos lotes e não aos filhos e parentes que residem na propriedade, o que também indica que os idosos ainda continuam comprometidos com a agricultura, almejando para si e para a família a vida no campo, com rendimento em torno de dois salários.

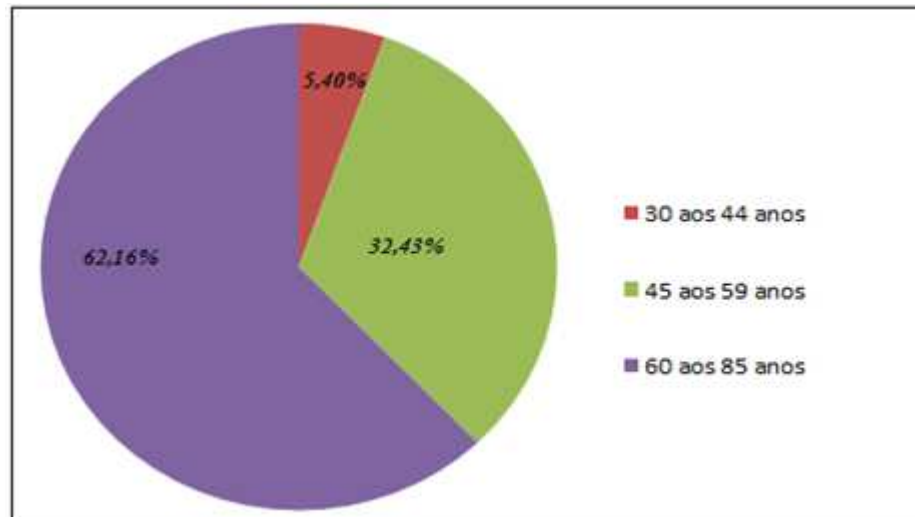


Gráfico 01 – Faixa etária dos assentados

Fonte: Fogaça, 2016.

Com base nas informações atuais, das entrevistas realizadas com trinta e sete (37) assentados (Gráfico 01), verificamos que vinte e três (23) deles, o equivalente a 62,16% possuem faixa etária entre sessenta (60) e oitenta e cinco (85) anos, por conseguinte vinte e sete (27) deles recebem aposentadoria. Doze (12) assentados possuem de quarenta e cinco (45) a cinquenta e nove (59) anos, representando 32,43% dos entrevistados. Apenas dois (02), o equivalente a 5,40%, possuem entre trinta (30) e quarenta e quatro (44) anos. Isto demonstra que a maior parte dos entrevistados é composta por idosos, caracterizando dessa maneira uma população rural idosa com mais de 60 anos, embora não tenhamos elementos para afirmar que esta realidade se aplica ao assentamento como um todo.

Levando em conta a faixa etária que predomina (acima de sessenta anos), e que estes assentados chegaram ao assentamento há três décadas, concluimos na época em que o assentamento foi criado a idade variava dos 30 aos 55 anos. Este aspecto verificado durante a pesquisa se reflete do ponto de vista da produção agrícola, ou seja, como a disposição e a saúde dos assentados pertencentes a esta faixa etária já se encontra comprometida, os mesmos já não se dedicam a agricultura.

3.1.1- As principais fontes de renda dos assentados

Do total do universo entrevistado (37), vinte e três (23), equivalente a 62,16%, disseram que a renda da família é composta pela aposentadoria e o gado de corte, nove (9) representando 24,32% disse ter a renda somente na criação de gado de corte, um (1) que corresponde a 2,70% com o leite e o gado de corte, um (1) que se refere a 2,70% somente com a aposentadoria, um (1) equivalente a 2,70% com o arrendamento da pastagem e a aposentadoria, um (1) que corresponde 2,70 % com a criação de gado e a mercearia que possui, e um (1) também representando 2,70%, que tem a renda pautada na criação de gado de corte e no trabalho assalariado do cônjuge (Gráfico 2).

Assim, dos assentados entrevistados é possível observar que a maioria possui como principais fontes de renda a criação de gado e a aposentadoria, considerando a faixa etária dos entrevistados, já discutida no item anterior.

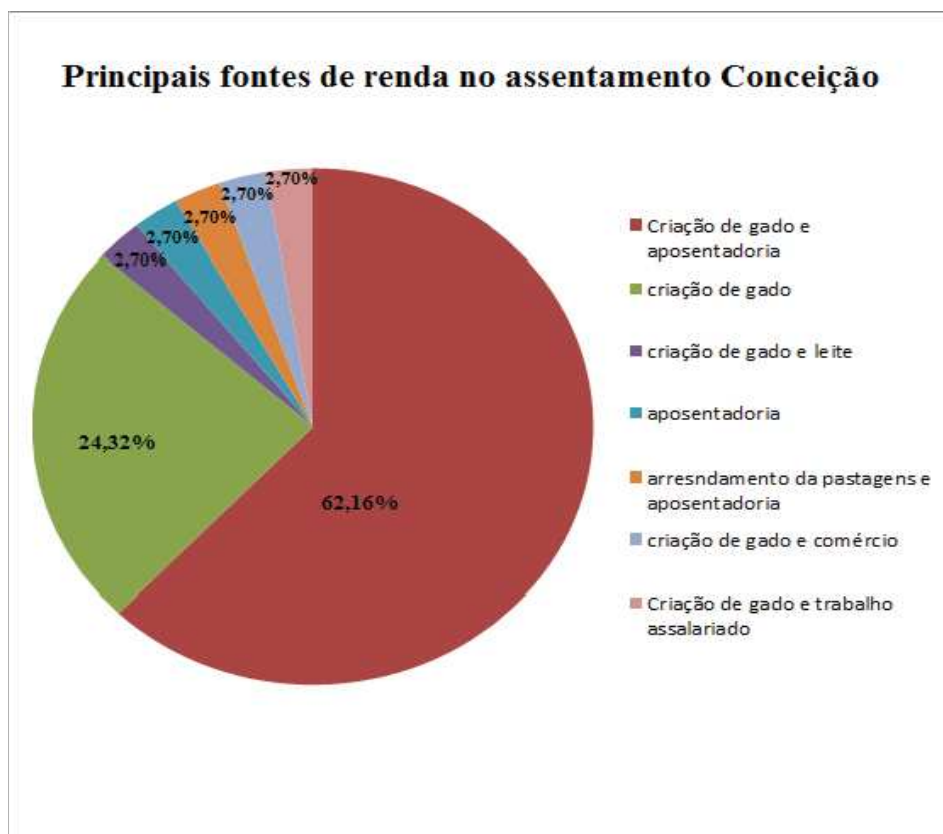


Gráfico 02 – Principais fontes de renda no assentamento Conceição
Fonte: Fogaça, 2016.

3.1.2 As condições de saúde e permanência no assentamento

Com base na análise da faixa etária, o Assentamento Conceição também nos remete a pensar acerca da condição de saúde e de atendimento básico dos assentados. Durante as entrevistas os mesmos destacaram o descontentamento em relação a falta de comprometimento de parte do poder público do município, para o atendimento em geral da população.

Segundo os assentados seria necessário que houvesse atendimento no posto de saúde local todos os dias, isto devido ao grande número de assentados do assentamento Conceição e dos assentamentos em seu entorno, já que a unidade de atendimento de saúde do assentamento Conceição também atende os demais assentamentos como o Padroeira do Brasil, Boa Esperança e Andalúcia. Todavia, infelizmente não foi o que nos relataram os assentados, os quais destacaram que existe atendimento médico apenas duas vezes por semana com poucos números de fichas para ser atendidos. Em decorrência disso, por um lado, os assentados se veem obrigados a procurar atendimento no posto de saúde 24 horas localizado na cidade de Nioaque, distante cerca de 40 km do posto de saúde do assentamento Conceição. Por outro lado, leva a uma superlotação no posto de saúde da cidade.

Porém no que diz respeito aos agentes de saúde, os entrevistados elogiaram a assistência prestada pelos mesmos, ao visitar as famílias e por manterem os assentados informados sobre os pedidos de consultas e exames que precisam ser feitos.

Durante a pesquisa de campo e realização das entrevistas verificamos que as condições de vida no assentamento têm provocado transformações no ambiente familiar, onde cada vez mais os idosos estão vivendo sozinhos, haja vista a saída dos filhos do campo para as cidades em busca de estudos e trabalho assalariado, pois veem nos centros urbanos a possibilidade de melhoria de suas condições de vida. Isto corrobora com pesquisas já realizadas em nível de Brasil, as quais apontam que os jovens camponeses filhos de assentados, têm saído do campo e quem permanece nos assentamentos são os pais, os mais idosos.

Segundo Oliveira e Rodrigues (2010) é uma realidade nos assentamentos de reforma agrária o fato dos filhos das famílias que foram assentadas nas décadas de 80/90 não permanecerem no lote dos pais, os quais hoje estão sozinhos para tocar o lote já sem força física exigida para o trabalho na terra. Os mais idosos se aposentam e permanecem no lote. Todavia, sem explorá-lo plenamente acabam, (irregularmente, porque a legislação não permite) arrendando parte da terra para terceiros. Outra situação comum é quando os mais idosos já sem condições de saúde e sem qualquer perspectiva vendem os lotes e vão embora do assentamento, configurando outra irregularidade.

Conforme Stedile (2003), o processo de reforma agrária obriga estar seguido por um programa de saúde que previna e assessore as famílias em áreas da reforma agrária. O mesmo destaca que é compromisso da reforma agrária capacitar técnicos em saúde comunitária, que possuam ao menos o nível de segundo grau.

Mediante o exposto cabe dizer que falta políticas públicas, ou que as existentes sejam colocadas em prática e/ou aprimoradas para garantir a permanência das famílias camponesas na terra, desde o mais jovem ao idoso.

3.2 – Situação atual dos lotes entre titulares e compradores

Neste item iremos apresentar a situação atual dos lotes entre os assentados entrevistados. Cabe destacar inicialmente, conforme Stédile (2003, p.192), a proposta de Reforma Agrária do MST (1995), a qual prevê no Art.2 quanto à posse da terra, a proibição das vendas dos lotes nos assentamentos, durante os primeiros dez (10) anos de criação dos mesmos, bem como a grilagem e os arredamentos das terras.

Todavia, em entrevista com o assentado T.S.S (titular), o mesmo destacou que no início do assentamento a venda dos lotes era bem comum, nos dois (2) primeiros anos de abertura, muitos dos assentados venderam seus lotes. O mesmo justifica que as vendas ocorreram devido a falta de infraestrutura na época. O desânimo dos recém-assentados estava na falta de água, moradia e sementes para plantação, a impaciência dos mesmos tomou conta de seus desejos, e muitos foram os que desistiram de permanecer na terra, optando assim pela venda.

Mediante o exposto cabe destacar que de acordo com a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014⁸:

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio, concessão de uso ou concessão de direito real de uso - CDRU instituído pelo art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º Os títulos de domínios e a CDRU serão inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos, observado o disposto nesta Lei (grifo nosso).

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, gratuito, inegociável, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm#art10
Acesso em: 05/11/2016.

e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir título de domínio ou a CDRU nos termos desta Lei.

Apesar das restrições impostas pela legislação as vendas dos lotes ocorreram no início, uma realidade muito presente nos assentamentos de reforma agrária em todo Brasil, dada as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos assentados. Todavia, a desistência do lote e consequente venda para terceiros continua sendo uma pratica comum, mesmo nos assentamentos mais antigos e consolidados. O depoimento do assentado T.S.S confirma esta afirmação ao dizer que as vendas de lotes no Assentamento Conceição são ainda mais comuns na atualidade. Hoje o assentamento já tem trinta e um (31) anos de criação, mas os títulos definitivos só foram entres no ano de 2013, depois de 28 anos assentados.

Ao criar os assentamentos o INCRA disponibiliza aos assentados duas formas de titulação, a saber:

1. *O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal.*
1. *O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. (INCRA, 2016)⁹*

De acordo com o disposto nos Artigos 21 e 22 da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014:

“Art. 21. Nos instrumentos que conferem o título de domínio, concessão de uso ou CDRU, os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.” (NR)

“Art. 22. Constará, obrigatoriamente, dos instrumentos translativos de domínio, de concessão de uso ou de CDRU, cláusula resolutória que preveja a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente, no caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pelo adquirente ou concessionário.

⁹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao> Acesso em: 05/11/2016.

Analisando o disposto no Art.22 da referida Lei, entendemos que em ambas as titularidades concedidas o lote ainda é passível de ser retomado pela União no caso do titular/assentado não cumprir o disposto na clausula resolutória.

Essa questão fica mais clara quando observamos o disposto no capítulo II do Decreto nº 8.738, de 3 de maio de 2016¹⁰, que trata da “**Verificação das Condições de Permanência do Beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária e das Ocupações Irregulares**”. O referido Decreto, em seu Art. 15, estabelece que as condições de permanência dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária devem constar do contrato de Concessão de Uso – CCU, do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU e do Título de Domínio – TD, devendo os beneficiários cumprir as obrigações estabelecidas no ato de contratação. Caso as exigências contratuais sejam descumpridas, conforme disposto no Art. 16 do Decreto em questão, o contrato é rescindido e o título/parcela retorna para o Incra.

Art. 15. As condições de permanência do beneficiário no PNRA constarão do Contrato de Concessão de Uso - CCU, do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU e do Título de Domínio - TD e incluem as seguintes obrigações a serem assumidas pelo indivíduo ou conjunto familiar:

I - explorar o imóvel direta e pessoalmente por meio de sua unidade familiar, admitidas a intermediação de cooperativas e a ajuda eventual de terceiros, exceto se verificada situação que enseje justa causa ou motivo de força maior reconhecido pelo Incra;

II - não ceder, a qualquer título, a posse da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente, para uso ou exploração por terceiros;

III - observar a legislação ambiental, em especial quanto à manutenção e à preservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente;

IV - observar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais definidas para o projeto de assentamento conforme seu plano de desenvolvimento; e

V - cumprir outras obrigações ou compromissos previstos no instrumento contratual.

*Art. 16. As obrigações previstas no art. 15 e outras expressamente constantes do CCU, do CDRU e do TD possuem natureza de condição resolutiva e, **uma vez descumpridas, ensejam a imediata***

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8738.htm Acesso em: 05/11/2016.

rescisão do contrato ou do título e o retorno da parcela ao Incra.(grifo nosso)

No âmbito do assentamento Conceição, objeto dessa pesquisa (Gráfico 3), há que se destacar que das trinta e sete (37) famílias entrevistadas, dezessete (17) correspondentes a 45,94% não são titulares dos lotes, ou seja, adquiriram a posse da terra comprando-a dos primeiros assentados. No ano de 2013 a Prefeitura Municipal de Nioaque juntamente com o INCRA, desenvolveram um projeto de legalização dos lotes que ainda estavam irregulares, a partir daí os assentados tiveram que quitar financiamentos ainda em débito que haviam sido feitos pelos proprietários anteriores dos lotes. Aqueles que não conseguiram quitar à vista estes débitos restaram regularizá-los através do parcelamento da dívida junto ao Banco do Brasil.

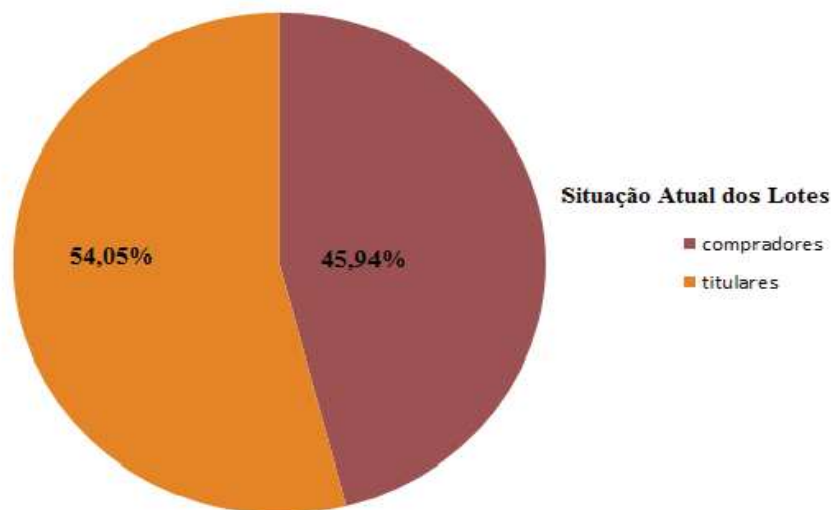


Gráfico 03 – Situação atual dos lotes
Fonte: Fogaça, 2016)

Cabe destacar que desses dezessete (17) compradores, três (03) representando 17,64% compraram o lote a aproximadamente nove (09) anos e possuem o título de domínio da terra, estando regulares tanto junto ao INCRA quanto ao Banco do Brasil. Sete (07), o equivalente a 41,07% compraram há cerca de dez a vinte (10 e 20) anos e os sete (07) restantes, que correspondem a 41,07% têm a posse da terra há mais de vinte (20) anos, ou seja, adquiriram a terra de forma ilegal, já que é proibida a venda de lotes nos assentamentos de reforma agrária, conforme já discutido anteriormente com base na legislação.

Os assentados que compraram os lotes há mais de dez (10) anos conseguiram ter seus títulos de posses da terra, mediante compromisso de fazer a quitação das parcelas junto ao Banco do Brasil. Essas parcelas ainda estão sendo pagas anualmente pelos compradores. Com o parcelamento das dívidas, os atuais assentados não ficaram impossibilitados de fazer financiamentos para manutenção de mangueiros, cercas, pastagens e compra de gado, o que foi fundamental para melhoria nos lotes.

Durante entrevista com o assentado R.P.M, o mesmo declarou ter comprado seu lote do primeiro titular há vinte e quatro (24) anos. Ele informou que na ocasião comprou o lote por vinte e três (23) mil reais, e que hoje o mesmo está valendo cerca de trezentos e cinquenta (350) mil reais. O entrevistado revelou também que já possui o título da terra, justificando que as posses definitivas dos lotes proporcionam a valorização dos mesmos.

Mediante o exposto implica dizer que a concessão de títulos de domínio ou “definitivos” dos lotes, tem conduzido à valorização e aumento da comercialização dos lotes nos assentamentos e, conseqüentemente, a um processo de “desassentamento” que poderá levar a descaracterização da reforma agrária.

3.3 –Produção e reprodução da vida no Assentamento Conceição

No início os assentados se dedicavam mais a atividade agrícola, ao cultivo de alimentos. Para isto tiveram que desmatar parte do assentamento, onde havia uma área expressiva de vegetação nativa. Nesse processo ocorreu não só o desmatamento, mas a queimada e o agrupamento dessas madeiras em leiras em meio ao terreno escolhido para o plantio. Logo após o preparo da terra, vieram as dificuldades inclusive para adquirir, por exemplo, as sementes para o plantio, uma vez que nem todos tinham guardado sementes advindas do local de origem, da Moraria do Sul, e os que levaram para o assentamento precisavam garantir o estoque para o próximo plantio. Mediante essas dificuldades diversas, os assentados se voltaram mais para a criação do gado, ora de leite ora de corte. Isto se justifica também no fato de que o assentamento Conceição está localizado em uma região onde a criação de bovinos para corte é a principal atividade. Desse modo, a atividade pecuária acabou influenciando os assentados.

A criação de gado (Figura 10) acabou sendo acatada pelos assentados também pelo fato de que não exige muita mão de obra ou altos recursos financeiros para manter a alimentação do gado. É muito comum nas unidades de exploração camponesa, nas quais se

desenvolve tal atividade encontrar resíduos de cultivos agrícolas como a palha de cana ou milho, sobras da cozinha, além de áreas destinadas apenas para pastagem.



Figura 10 - Criação de gado no lote 32.
Fonte: Fogaça, (Trabalho de campo, agosto/ 2016)

Durante a entrevista o assentado P.N.M. destacou que antes plantava milho, feijão e algodão em seu lote, porém deixou de plantar porque o solo está degradado e demandaria do mesmo interesse, tempo e investimento financeiro, conseqüentemente seria necessário fazer um financiamento para adquirir tal recurso. Além disso, para ele é menos trabalhoso a criação do gado bovino já que sua idade está avançada e ele não tem mais a disposição de antes. Para o assentado seria necessário um programa de recuperação do solo, assim o assentamento voltaria a produzir como antes, o que implicaria na criação de um projeto dentro das políticas públicas de governo, que na prática não tem ocorrido.

O Gráfico 04 a seguir revela a criação de animais desenvolvida nos lotes visitados, cuja predominância é da criação de gado, seguida da criação de galinha.

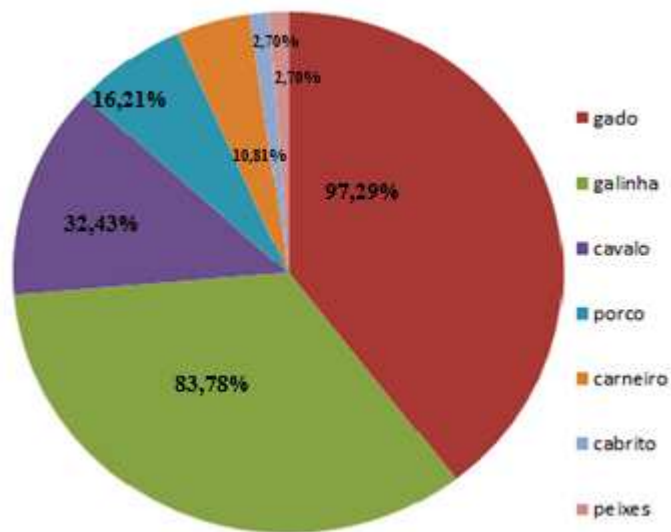


Gráfico 04 – Criação de animais no assentamento Conceição

Fonte: Fogaça, 2016.

Cabe salientar que a criação de gado se sobressai em relação às outras, pelo fato de ser mais rentável do que as demais atividades desenvolvidas no assentamento, se tornando a principal fonte geradora de renda das famílias assentadas. Já a criação de galinhas (ovos e carne), apesar de expressiva é destinada especificamente ao autoconsumo familiar, assim como a criação de porcos. A criação de ovinos, caprinos e peixes tem como destino o autoconsumo, já que são criados em quantidades bem pequenas, dos trinta e sete (37) entrevistados, quatro (4), equivalente a 10,81% criam carneiros, um (1) representando 2,70% cria cabritos e um (1) referente a 2,70%, cria peixes. A figura 11 a seguir mostra uma pequena criação de ovinos em um dos lotes visitados



Figura 11 - Criação de ovinos em um dos lotes visitados.

Fonte: Fogaça, (Trabalho de campo, agosto/ 2016)

Nenhum destes comercializa a criação, porém destacaram que eventualmente vendem para algum assentado vizinho que precise para aumentar o rebanho, ou apenas para o consumo. Desse modo, cabe salientar que a criação de ovinos, caprinos e peixes estão predominantemente associados ao sistema de autoconsumo.

Nesse sentido, cabe destacar Chayanov (1974) apud Fabrini e Ross (2014, p. 42), o qual diz que o trabalho camponês tem por finalidade atender as necessidades de autoconsumo da família e, portanto de produção e reprodução de sua condição camponesa.

[...] A agricultura camponesa implica em relações sociais de produção e manifesta-se a partir de um conjunto de práticas relacionadas a produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitária e de vizinhança, enfim, relações sociais, dentre outras características.

No assentamento os assentados vivem do fruto de seu trabalho, criando um vínculo que os une a terra por meio do trabalho, e possibilita a troca de informação entre as famílias no que se refere às necessidades do campo. Mesmo que não haja uma associação ou cooperativa devidamente ativa, há ainda as relações familiares. Esses vínculos foram percebidos no âmbito do universo de entrevistados, ou seja, dentre os assentados que permanecem desde o início do assentamento e os que moram há mais de uma década, revelando assim a resistência a evasão para a cidade ao permanecer no campo.

Em termos de produção agrícola o destaque no assentamento Conceição é o cultivo de mandioca e árvores frutíferas (Quadro 1 em anexo). No que se refere à produção de frutas, diríamos que esta é expressiva, porém pautada apenas no autoconsumo. A mandioca também é produzida para o autoconsumo, fazendo parte da alimentação básica das famílias assentadas, porém uma parte da produção é comercializada no mercado local onde tem grande aceitação. Todavia, não há por parte dos entrevistados interesse em aumentar a produção, tendo em vista o que já destacamos anteriormente, ou seja, a prioridade é a criação de gado.

As plantações variam desde bananeiras representando 37,83% da produção do universo investigado, mandioqueiras 62,16%, mangueiras 51,35%, laranjeiras 56,75%, coco 10,81%, abacate 5,40%, acerola 8,10% e jaca 5,40%. O restante, que representa 2,70% da produção do universo analisado produz jabuticaba, melancia, umbu, quiabo, maxixe, caju e fruta do conde, cujas mudas foram plantadas gradativamente pelos assentados, criando assim um pomar diversificado (Gráfico 5).

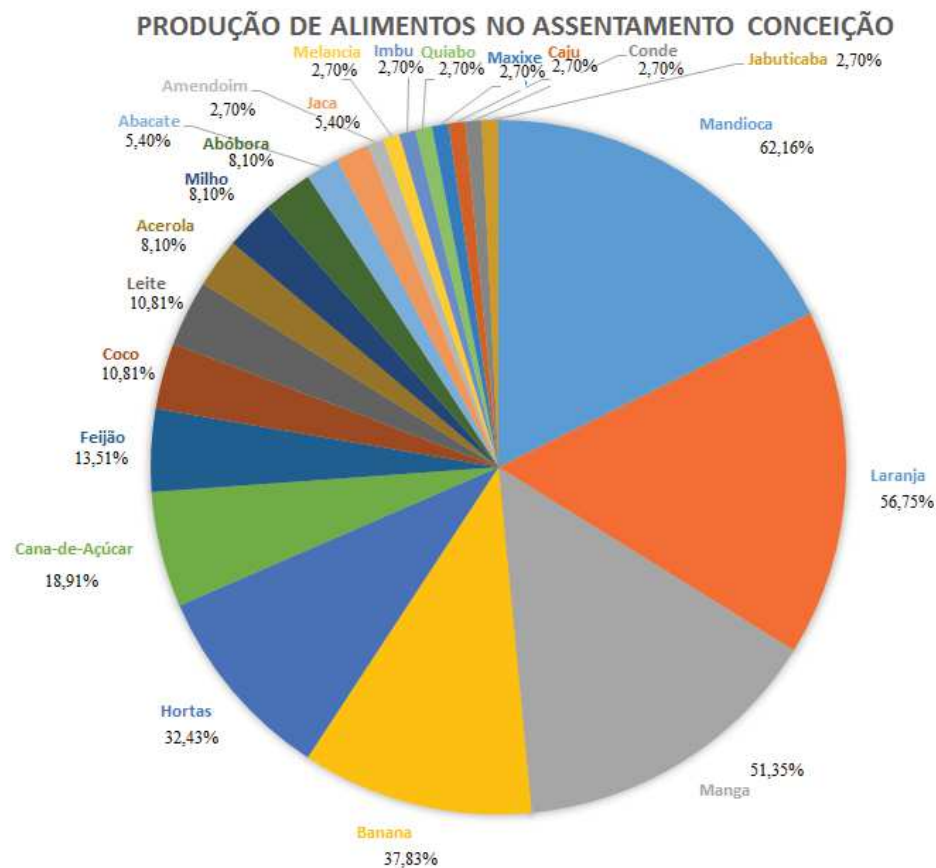


Gráfico 05 – Produção de alimentos no Assentamento Conceição
 Fonte: Fogaça, 2016.

Há que se destacar ainda que do total de entrevistados, 32,43% possuem hortas onde produzem hortaliças variadas, 13,51% produz feijão, 8,10% abóbora, 8,10% milho e 18,91% cana de açúcar. Verificamos que esta produção é exclusivamente para o sustento familiar, assim como a produção de leite, que equivale a 10,81% do total de entrevistados.



Figura 12– Horta do lote 57 e plantação de banana do lote 74
 Fonte: Fogaça, (Trabalho de campo, agosto/ 2016)

Dentre os entrevistados, vinte oito (28) disseram que a produção de alimentos no lote é somente para o consumo, não comercializam os produtos. Nove (9) deles disseram que a produção é destinada tanto para o consumo como para o comércio, com destaque para os produtos tais como a banana, o feijão, o leite e seus derivados, a mandioca e o milho.

3.4 A utilização de financiamentos para a melhoria da produção e da infraestrutura nos lotes

Verificamos durante a pesquisa de campo e realização das entrevistas que dos trinta e sete (37) entrevistados, vinte e sete (27) estão utilizando crédito rural no momento quatro (04) não utilizaram e seis (06) declararam que já utilizaram.

Dos vinte e sete (27) entrevistados que declararam estar com financiamento no momento, vinte e seis (26) estão pagando ou irão começar a pagar, os programas variam entre o Custeio¹¹, o PRONAF¹², PROCERA¹³. Os mesmos destacaram que a partir desses créditos

¹¹ Os créditos de custeio, o crédito rural é um financiamento destinado a produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários.

¹² **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**, financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou

conseguiram construir ou reformar manguieiros, cercas, reformar pastagens, compra de gado e em alguns casos a construção de açudes. Os referidos assentados destacaram que a partir da obtenção dos financiamentos foi possível melhorar a renda e a condição de vida no lote.

Vale destacar segundo Silva (1980, p. 93), que esses programas voltados para a agricultura familiar se devem às transformações econômicas vivenciadas pelo país, bem como às reivindicações dos trabalhadores rurais quanto à implantação de políticas alternativas direcionadas para a reforma agrária. Políticas tais como de preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica, antes voltadas apenas aos grandes produtores.

3.5–A questão da organização coletiva no Assentamento Conceição

Quando analisamos um assentamento logo pensamos em lavouras, produção de alimentos e fonte de renda, e pensamos que a organização coletiva seria uma maneira de unir as famílias, uma relação em que as experiências se somariam.

Todavia, observamos que no assentamento Conceição a questão da coletividade do ponto de vista prático não se aplica. Do ponto de vista organizativo constatamos a existência de duas associações que para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural encontram-se ativas, são elas: Associação dos Moradores do Taquarussú com um número de trinta (30) associados e a Associação Cultural, Esportiva e de Produção Agrícola do assentamento com trinta e cinco (35) associados.

Considerando somente o universo entrevistado, verificamos que dos trinta e sete, apenas três declararam participar da associação Moradores do Taquarussu. No entanto alegaram que a mesma não agenda reuniões, não tem projetos, apenas existem no papel. Os demais (34), os quais declararam não ser associados a nenhuma das duas associações disseram que não fazem parte atualmente, mas que no início do assentamento participaram, justificaram o abandono as associações devido que havia muitas discussões entre os membros e pouco resultado alcançado, levando a desmotivação e o afastamento por completo com o tempo.

infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>

¹³ **Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. (PROCERA)**, tem por objetivo aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3956

Segundo o entrevistado T.S.S, de início do assentamento havia duas importantes associações, uma ligada a arrozeira e a outra a farinheira, nelas os assentados podiam levar seus produtos para que pudessem ser usados no consumo familiar, além de viabilizar a comercialização do excedente. Essa situação agradável não durou muito tempo, as opiniões eram divergentes, as ideias não eram acolhidas pelos membros que compunham a associação da arrozeira, bem como a da farinheira. Aos poucos os membros foram se distanciando, perdendo a motivação para participar, o que levou ao fechamento de ambas as associações.

O que pudemos perceber com base nas entrevistas foi que o espírito de coletividade no assentamento foi aos poucos sendo destruído. Do total dos entrevistados apenas treze (13) disseram que se houvesse o convite para participar de uma associação ou cooperativa eles participariam, os vinte quatro (24) restantes disseram que se fossem convidados atualmente não participariam. Os mesmos alegaram que há desinteresse por parte dos assentados, que não pensam no coletivo e sim na particularidade de cada um, não levando em conta os resultados que poderiam conseguir, tais como: melhoria nos canos de abastecimento de água, que estão precários, gerando grande incomodo aos assentados; o aumento na produção de leite e um incentivo para a produzir alimentos como tinham antes para a produção de feijão, arroz e milho, também levando em conta o algodão, que conseqüentemente geraria uma melhoria na renda dos assentados.

Fabrini e Ross (2014) ressaltam que para construir a consciência coletiva é necessário o estímulo ao trabalho coletivo. O sentido de coletividade, bem como sua materialização implica na criação da consciência dos sujeitos. Os autores destacam como exemplo de organização coletiva as cooperativas, as quais seriam uma alternativa capaz de gerar renda para os assentamentos, embora.

Com base no exposto entendemos que não basta somente criar associações e cooperativas para agregar os assentados em torno da produção, pois para que as mesmas funcionem na prática faz-se necessário construir a consciência coletiva, o sentido da partilha, de pensar e agir coletivamente em torno de interesses comuns ao grupo, sem sobrepor os interesses individuais aos coletivos.

Os entrevistados informaram que há cerca de dez anos atrás havia no assentamento uma grande produção de leite para o comércio. Naquele contexto produziam aproximadamente dez mil litros de leite por dia, porém devido ao baixo preço e a falta de pagamento por parte da empresa que comprava o leite, os assentados reduziram a produção. Atualmente, os assentados que ainda comercializam o leite fornecem para uma empresa, que

vai buscar dentro do assentamento a produção que é armazenada pelos assentados em tanques resfriadores. Dos entrevistados somente dois (2) produzem leite para a comercialização, cerca de 50 litros por dia.

O entendimento é de que seria necessária a implantação de uma cooperativa com a gestão dos próprios assentados, que pudesse ajudar na produção orientando de forma correta, desde a criação de gado leiteiro, à coleta e o processamento do leite.

A coletividade é uma forma de organização social do trabalho no campo, que na prática pode se expressar também do ponto de vista do modo de vida, dos costumes e tradições da comunidade.

Diante dos interesses conflitantes e particulares, que se sobrepõe ao coletivo isto se perde no interior de muitos assentamentos, e não tem sido diferente no Assentamento Conceição. Todavia, entendemos que um assentamento com a dimensão territorial e com o quantitativo de lotes que o assentamento Conceição possui, demandaria a implantação de projetos no sentido de integrar mais as famílias assentadas em torno da produção e de ações voltadas para a coletividade, e assim, quem sabe promover a consciência de classe e o fortalecimento da resistência na terra e pela permanência nela em condições dignas para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos aqui tecer algumas considerações sobre o objeto de estudo, cientes de que as análises e reflexões efetuadas não se encerram neste trabalho.

Cabe destacar, com base na pesquisa de campo, que a pouca expressividade da produção agrícola somada a preponderância da criação de gado pelos assentados, não se deve somente ao fato de a maioria já ser idosos e receberem aposentadoria, mas também à condição do solo, que foi aos poucos perdendo a fertilidade, além do fato de que o manejo do gado não demanda muito esforço físico.

Outro aspecto observado foi que no âmbito do universo investigado a maioria dos filhos já não mora mais com os pais no assentamento. Optaram pela cidade em busca de novas oportunidades, tais como continuação nos estudos e emprego.

Há que se ressaltar que essa evasão dos filhos dos assentados do campo para a cidade está também vinculada a dificuldade de a população jovem fixar moradia e desenvolver atividades que garantam a geração de renda para eles, e que vá além da ajuda aos pais no lote. Falta, além da criação a concretização de políticas públicas/projetos com enfoque na fixação dos jovens no campo.

Outro aspecto identificado no assentamento Conceição são os lotes que não são explorados ou que tem poucas atividades desenvolvidas em virtude de não se encontrarem sob o domínio de titulares e sim de terceiros, os quais compraram e que em muitos casos não permanecem no lote, pois moram em outras cidades e/ou municípios, deixando o lote sob a responsabilidade de um preposto, haja vista que não tira da terra sua renda principal.

Verificamos como base nos depoimentos dos assentados titulares dos lotes e que estão no assentamento desde seu processo de formação, que eles observam os vizinhos vendendo seus lotes, ou para ir morar na cidade, ou para comprar uma terra menor próximo as cidades.

A criação de projetos que garantam a permanência dos assentados nos lotes é um dos propósitos da reforma agrária, e assim contribuir para a garantia da reprodução da vida e da condição camponesa dessas famílias, gerando renda, produzindo alimentos e garantindo a segurança alimentar da população do campo e da cidade.

Desse modo, entendemos que o assentamento Conceição, assim como qualquer outro assentamento, não deve garantir somente um modo de vida, mas o trabalho, a renda, a moradia, a alimentação entre outros elementos que propiciam a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias no Brasil.

Não basta só construir relações sociais, vínculos de amizade e confiança, construir uma coletividade em torno da produção e geração de renda, garantir condições dignas de moradia, saúde, infraestrutura básica é um desafio constante que está posto para os assentados de reforma agrária. É diante desses desafios que muitos desistem de viver no campo, optando pela cidade ou muita das vezes nas áreas periurbanas, fazendo com que o vínculo com a terra de alguma forma permaneça.

Outro aspecto delicado que observamos no âmbito do Assentamento Conceição é dificuldade de se organizar coletivamente. É fato que o espírito de coletividade não ocorre no assentamento prevalecendo o individualismo. Onde cada assentado luta por objetivos distintos e individuais. Como dificilmente pensam no bem comum, conseqüentemente surge não há empatia nas reuniões sobre assuntos do assentamento, resultando em um distanciamento dos membros das associações.

Apesar da necessidade da formação de uma cooperativa ou uma associação estável dentro do assentamento Conceição, percebe-se uma enorme dificuldade na troca de experiências e objetivos divergentes, propiciando a ocorrência de conflitos nas relações interpessoais e, desse modo prejudicando os interesses comuns. A fundação ou até mesmo a fortificação das duas associações que “existem” no papel, poderiam proporcionar a melhoria na produção e renda de todo o assentamento.

As leituras efetuadas bem como a pesquisa de campo e as entrevistas, nos possibilitaram o entendimento da realidade presente no Assentamento Conceição e na grande maioria dos assentamentos no Brasil. Realidade esta que demanda políticas e projetos do Estado que funcionem efetivamente, bem como ações implementadas pelos próprios assentados, no sentido de propiciar mudanças efetivas nas condições de vida e produção e na forma de organização, partindo da compreensão dos mesmos enquanto sujeitos sociais e coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRAND, Antônio, et.al. **Os Kaiowá e Guarani em tempos de Cia Matte Laranjeira.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: 2003.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **A colônia agrícola municipal de dourados: povoamento e Colonização (1946-1953).** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoni. **Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário.** 1ª Ed. São Paulo: outras expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

_____. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Questão Agrária.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

MEDEIROS, Leonil de Sérvolo. **Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX.** São Paulo: Ed. Unesco, 2010.

MORENO, Gislaene. **O Processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso.** Geosul, Florianópolis: v.14, n.27, p.67-90, jan./jun.1999.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Violência e exclusão no campo: um estudo no campo agrário de Mato Grosso do Sul.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

_____. **A questão agrário/agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul: Relações de trabalho e luta pela terra.** XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo: 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. FARIA, Camila Salles. **O Processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil.** Disponível em http://egal.2009.easyplanners.info/.../6193_OLIVEIRA_Ariovaldo.Umbelino.

OLIVEIRA, Benícia Couto (Org.). **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul.** Dourados: Ed. UFGD, 2013.

OLIVEIRA, S. M. de; RODRIGUES, R. B. **Envelhecimento em assentamentos rurais: um olhar sobre a realidade atual.** Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_5A/05A-10.pdf Acesso em: 05/11/2016

PACHECO, Rosely A, Stefanés; PACHECO, Carlos Rodrigues. **Questão agrária e regularização fundiária: A ação do Estado e o conflito de interesses entre Trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas.** Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2010.

PESSÔA, V. L. S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** Um olhar sobre o processo investigativo. Revista Geo UERJ, Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012, p. 4. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouer> Acessado em 20 de abril de 2016.

ROCHA, H. Fernandes. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985-2008.** Presidente Prudente, 14 de dezembro de 2009.

STÉDILI, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária – 1946-2003.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1980.

SILVA, Jovam Vilela. **Um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 a 1950): a multiface da Empresa Mate Laranjeira.** Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis: UFMT, n. 1, p. 26-44, 1997.

APÊNDICE

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
4º Ano do Curso Licenciatura em Geografia
Lucielle Machado Fogaça – RGM: 28259 - Orientadora: Prof. Dr. Ana Maria Soares de Oliveira

Questionário a ser aplicado no Assentamento Conceição em Nioaque-MS

- 1- Nome? Idade?
- 2- Quantidade de filhos?
- 3- Quantos anos?
- 4- Quantos residem no lote?
- 5- Número do Lote_____ É titular ou comprador do lote? Se comprador, a quanto tempo?
- 6- Qual a área total do lote: _____Área plantada: _____ Área pastagem: _____
- 7- Foi com recurso próprio ou recurso do governo a construção da residência?
- 8- Origem da família?
- 9- Trabalhou na terra antes de ser assentado?
- 10- O que compõe a renda da família?
- 11- Quais os produtos que são cultivados no lote?
- 12- Qual o destino dos produtos? (Consumo ou comércio)
- 13- Quais animais são criados? (consumo ou comércio)
- 14- Qual é a principal atividade desenvolvida no lote?
- 15- Mantem a área da reserva do lote? Se não porquê?
- 16- Como e qual é o abastecimento de água (uso do poço comum, artesiano, semi-artesiano ou água encanada?)
- 17- Qual o meio de transporte até a cidade?
- 18- Em relação ao serviço de saúde no assentamento, quais profissionais atendem?
- 19- Usa ou já utilizou crédito para a produção ou criação de animais? Qual?
- 20- Recebe algum auxílio do Governo? Qual?
- 21- Contribui para o INSS ou outra previdência?
- 22- É associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
- 23- Participa da associação do assentamento?
- 24- Pretende participar da associação do assentamento?
- 25- Pretende participar de alguma associação ou cooperativa?

26- No assentamento tem ensino para os filhos dos assentados? O que acha sobre o ensino oferecido e a qualidade do ensino?

27- Esta satisfeito (a) com a condição de vida no assentamento?

ANEXOS

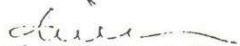
RESOLUÇÃO Nº 60 DE 25 DE Junho DE 1985

O CONSELHO DE DIRETORES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, pelo seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º do Decreto nº 90.697, de 12 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 11 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Interministerial nº 027, de 22 de janeiro de 1985, e tendo em vista a decisão adotada em sua 322ª Reunião, realizada em 25 de Junho de 1985;

CONSIDERANDO a proposição apresentada pelo Senhor Diretor de Projetos de Colonização, através do Relatório INCRA/DP/Nº 10/85, objeto do processo INCRA/DR-16/nº 840/85.

RESOLVE:

- I. Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de parcelheiros, do imóvel rural denominado Fazenda Conceição, com uma área de 11.061 ha (onze mil e sessenta e um hectares), localizado no Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul, de domínio deste Instituto, que prevê a criação de 391 (trezentos e noventa e uma) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o anteprojeto elaborado pela Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul.
- II. Fica criado, para os efeitos de destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento NIOAQUE, a ser implantado e desenvolvido pela Diretoria Regional do Mato Grosso do Sul (DR-16), em articulação com a Diretoria de Projetos de Colonização - DP;
- III. Autorizar o Diretor de Projetos de Colonização a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.


 JOSÉ GOMES DA SILVA
 Presidente

INS/fóds.

PUBLICAÇÕES	
D.O.	212 de 03/11/00
Seção	1 Pág. 30
B.S.	N.º 45 de 06/11/00

PORTARIA /INCRA/SR-16/MS/Nº 32 /00, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29 do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria/Nº 164, de 14 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial, do dia 17 do mesmo mês e ano, e em conformidade com os termos da Portaria INCRA/P/Nº 410, de 07 de junho de 2000, publicada no Diário Oficial do dia 12 do mesmo mês e ano.

Considerando que o Projeto de Assentamento Nioaque encontra-se consolidado, uma vez que as ações afetas ao INCRA foram concluídas nos termos da Instrução Normativa/INCRA/Nº 41/00, de 24 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 subsequente;

Considerando a apreciação e aprovação do Relatório Técnico constante do processo INCRA/SR-16/MS/Nº 1008/00 pelo Colegiado Regional desta Superintendência.

RESOLVE:


I. Declarar consolidado, nos termos da Norma de Execução INCRA/DP/Nº 04, de 02 de junho de 2000, o Projeto de Assentamento Nioaque, criado através da Resolução Nº 060, de 25 de junho de 1985, com a área de 11.000,0610 ha (onze mil hectares, seis ares e dez centiares), relativo a 391 (trezentos e noventa e uma) unidades agrícolas familiares, retificada para 10.587,4535 (dez mil, quinhentos e oitenta e sete hectares, quarenta e cinco ares e trinta e cinco centiares) e 371 (trezentos e setenta e uma) unidades agrícolas familiares, localizado no Município de Nioaque no Estado de Mato Grosso do Sul.

II. Determinar aos setores técnico e jurídico desta Superintendência, a adoção de providências objetivando a conclusão do processo titularório e a destinação dos bens móveis e imóveis remanescentes, no prazo de 01 ano, contado a partir da publicação da presente portaria.

III. Comunicar a consolidação do Projeto e encaminhar relação das famílias consolidadas aos conselhos Estadual e Municipal de Desenvolvimento Rural, solicitando a sua inserção ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, integrando-as ao desenvolvimento local, regional e estadual.

IV. Determinar à Divisão Operacional que registre todas as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora consolidado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA.

V. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.


 Celso Cestari Pinheiro
 Superintendente Regional
 INCRA/MS


PUBLICAÇÕES	
D.O. 255	de 01/11/00
Seção 1	Pág. 34
B.S. N.º 45	de 06/11/00

RETIFICAÇÃO

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

Na Resolução INCRA/Nº 060, de 25 de junho de 1985 que criou o Projeto de Assentamento Nioaque, onde se lê: " ... 11.000,0610 ha (onze mil hectares, seis ares e dez centiares) " ... leia-se: " ... 10.587,4535 ha (dez mil, quinhentos e oitenta e sete hectares, quarenta e cinco ares e trinta e cinco centiares)" e onde se lê: " ... 391 (trezentos e noventa e uma) unidades agrícolas familiares" ... leia-se: " ... 371 (trezentos e setenta e uma) unidades agrícolas familiares".


 Celso Cestari Pinheiro
 Superintendente Regional


 Francisco Rodrigues Fernandes Neto
 Coordenador Geral de Monitoração e Controle

Lotes dos assentados entrevistados	Produção dos assentados
Lote 08	Mandioca, laranja e Manga
Lote 09	Banana, Cana e mandioca
Lote 12	Abóbora, Cana feijão, horta, Laranja e Manga
Lote 15	Banana, Laranja e Mandioca
Lote 17	Banana, Coco e Manga
Lote 26	Banana, Horta, Laranja e Manga
Lote 29	Abacate, Acerola, Banana, Mandioca e Manga
Lote 32	Laranja, leite e Manga
Lote 33	Laranja, Mandioca e Manga
Lote 34	Acerola, Coco e Manga
Lote 35	Laranja, Mandioca e Manga
Lote 38	Horta, Laranja, Mandioca e Manga
Lote 57	Abóbora, Feijão, Horta, Laranja e Manga
Lote 58	Laranja, Mandioca e Manga
Lote 63	Abóbora, Cana, Laranja e Mandioca Manga
Lote 74	Banana, Mandioca e manga
Lote 77	Amendoim, Cana, Horta, Leite Mandioca, Melancia e Milho
Lote 89	Cana e Mandioca
Lote 93	Horta e Mandioca
Lote 94	Banana, jaca, Laranja, Jaca e Imbu do Norte
Lote 96	Mandioca e Milho
Lote 101	Banana, Laranja, Leite e Manga
Lote 105	Feijão, Quiabo Laranja, Leite e Maxixe
Lote 109	Banana, Laranja e Mandioca
Lote 120	Laranja e Manga
Lote 123	Cana, Horta e Mandioca
Lote 260	Abacate, Acerola, Banana, Caju, fruta do Conde, Horta, Jabuticaba e Laranja
Lote 268	Mandioca
Lote 273	Banana
Lote 294	Feijão de corda, Horta e Mandioca
Lote 299	Mandioca
Lote 309	Banana, Feijão, Horta, leite, Mandioca e Milho
Lote 323	Banana, Cana e Horta
Lote 336	Banana, Coco, Horta, Laranja, Mandioca e Manga
Lote 342	Laranja e Manga
Lote 343	Coco, Laranja e Manga
Lote 369	Jaca, Laranja e Mandioca